



Efectivos animais

4. EFECTIVOS ANIMAIS

4.1. Bovinos

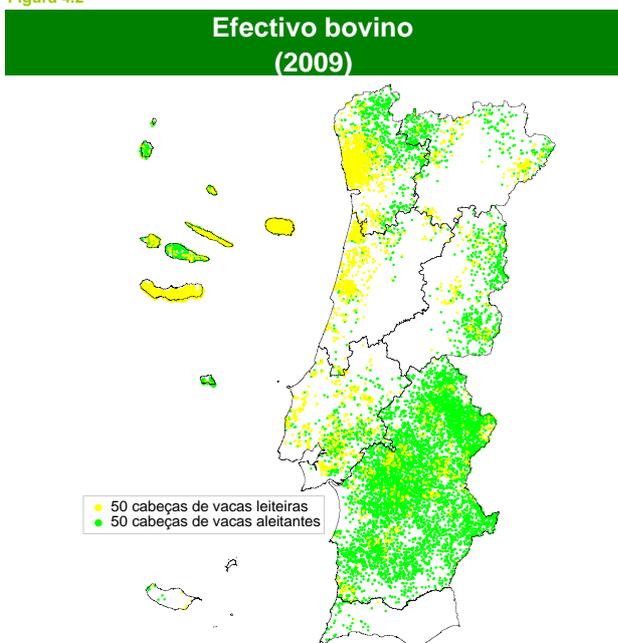
Figura 4.1

Efectivo bovino, por região (2009)								
Regiões	Total de Bovinos				Vacas Leiteiras			
	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)
Portugal	50 035	100	1 430 285	100	10 447	100	278 416	100
Continente	41 279	83	1 177 019	82	7 060	68	185 645	67
EDM	19 370	39	260 772	18	2 726	26	92 488	33
TM	5 286	11	64 502	5	951	9	10 488	4
BL	8 196	16	90 583	6	2 191	21	32 549	12
BI	2 059	4	61 844	4	688	7	7 418	3
RO	2 049	4	136 006	10	301	3	21 291	8
ALE	4 013	8	555 390	39	183	2	21 285	8
ALG	306	1	7 922	1	20	0	126	0
Açores	7 767	16	248 763	17	3 279	31	92 381	33
Madeira	989	2	4 503	0	108	1	390	0

Em 2009, 16% das explorações recenseadas cerca de 50 mil explorações, tinham bovinos, totalizando o efectivo 1 430 mil cabeças. A produção bovina tem maior expressão no Alentejo, que conta com 39% do efectivo nacional, quase exclusivamente dirigido para

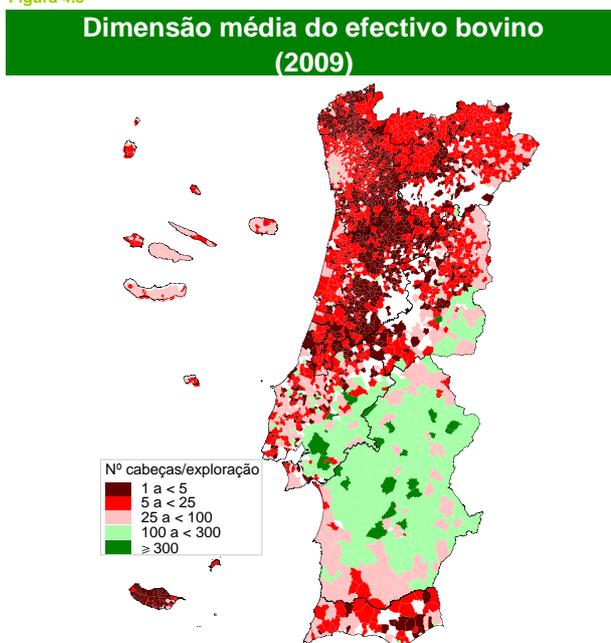
a produção de carne, seguindo-se as regiões do país predominantemente leiteiras - Entre Douro e Minho (18%) e os Açores (17%), que no seu conjunto concentram mais de 2/3 do efectivo leiteiro de Portugal.

Figura 4.2



O efectivo leiteiro, presente em 21% das explorações com bovinos, representa 20% do efectivo total. As regiões de Entre Douro e Minho, Açores e Beira Litoral detêm, no seu conjunto, mais de 3/4 do efectivo leiteiro nacional.

Figura 4.3



O efectivo bovino médio por exploração é de 28,6 cabeças apresentando, no entanto, variações regionais consideráveis: enquanto na Madeira a dimensão média não ultrapassa as 4,6 cabeças, no Alentejo é evidente a concentração do efectivo bovino nas grandes explorações (138,4 cabeças/exploração).

A dimensão média do efectivo bovino alterou-se significativamente nos últimos dez anos. De facto e por comparação com 1999, a dimensão mais do que duplicou, passando das 13,8 cabeças/exploração em 1999 para 28,6 em 2009.

A dimensão média do efectivo leiteiro na exploração é de 26,7 cabeças, ligeiramente inferior à média do efectivo total. No entanto, analisando as três regiões onde se concentra a produção de leite, no Entre Douro e Minho, principal região produtora, as explorações leiteiras apresentam uma dimensão média do efectivo de 33,9 cabeças, muito superior à das explorações com bovinos (13,5 cabeças/exploração) e o triplo da apresentada em 1999, que era de 10,9 vacas/exploração.

Figura 4.4

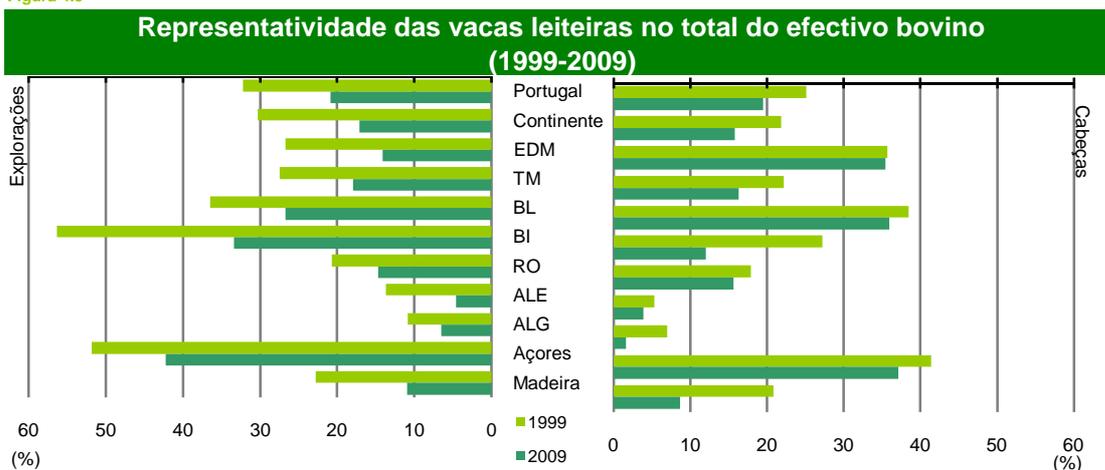
Dimensão média do efectivo bovino, por região (1999-2009)

Unidade: Nº Cab./Expl.

Regiões	Total de Bovinos		Vacas Leiteiras	
	1999	2009	1999	2009
Portugal	13,8	28,6	10,8	26,7
Continente	12,9	28,5	9,3	26,3
EDM	8,1	13,5	10,9	33,9
TM	7,5	12,2	6,0	11,0
BL	6,4	11,1	6,8	14,9
BI	8,8	30,0	4,3	10,8
RO	34,3	66,4	29,6	70,7
ALE	81,6	138,4	31,7	116,3
ALG	13,3	25,9	8,6	6,3
Açores	24,1	32,0	19,3	28,2
Madeira	2,2	4,6	2,0	3,6

A Beira Litoral teve também uma evolução significativa da dimensão média face a 1999, destacando-se no entanto por apresentar, entre as 3 regiões, a menor dimensão média do efectivo, que não ultrapassa as 15 vacas leiteiras por exploração. A evolução menos acentuada foi nos Açores, talvez porque sendo exploradas em regime extensivo, não sofreram tanto o impacto do custo dos factores de produção como no Continente e também pelo facto das explorações já terem em 1999 uma das maiores dimensões médias do efectivo leiteiro.

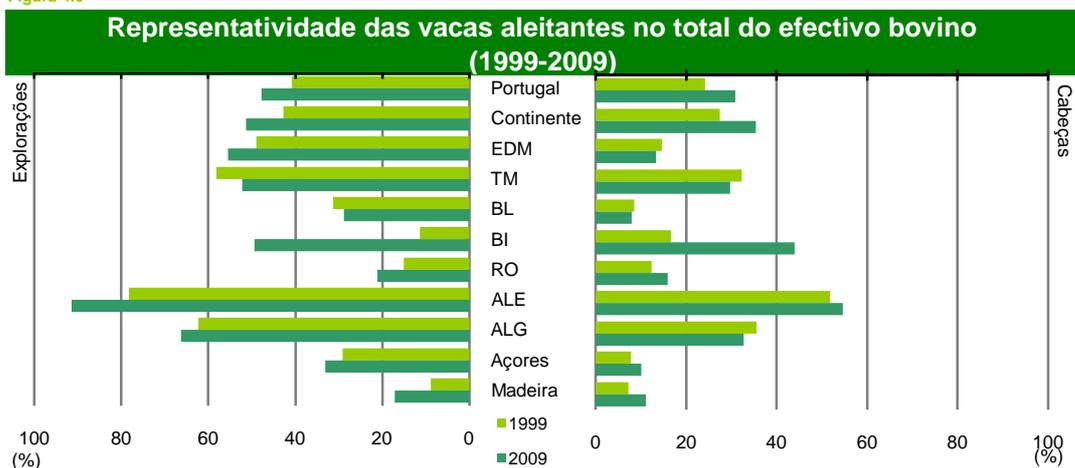
Figura 4.5



Para esta evolução contribuiu a reorientação da agricultura nacional para sistemas pecuários de produção de carne cada vez mais extensivos e o agravamento dos custos dos factores de produção dos

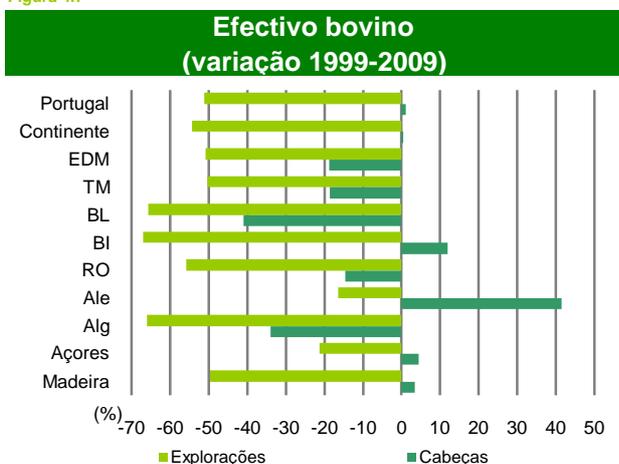
sistemas de produção leiteiros, sem contrapartida no preço do leite. Esta situação determinou a concentração da produção e o abandono de um grande número de explorações leiteiras com efectivos de pequena dimensão.

Figura 4.6



Nos 10 anos em análise verificou-se um decréscimo acentuado do número de explorações com bovinos (-51%), enquanto o efectivo, pelo contrário, registou um ligeiro acréscimo (+1%), o que se traduziu no referido aumento do dimensionamento médio do efectivo por exploração.

Figura 4.7



O aumento do número de bovinos resultou do incremento do efectivo aleitante, particularmente no Alentejo, que registou um aumento de 42% no total de bovinos. De facto, esta região apresenta condições propícias para a criação extensiva de bovinos e observou nos últimos dez anos um aumento considerável desta produção, em parte fruto da conjuntura favorável da PAC. Efectivamente, a possibilidade de conversão de áreas marginais de produção de cereais em quotas (bovinos e ovinos/caprinos) e o facto do RPU ter mantido a ligação das ajudas da produção no caso das vacas aleitantes levou a que os produtores orientassem a sua exploração para a actividade pecuária, aumentando o efectivo médio por exploração e simultaneamente a área ocupada com prados e pastagens permanentes e culturas forrageiras, sobretudo em explorações com menor aptidão para as culturas temporárias (cereais, culturas industriais), nas quais os rendimentos obtidos não compensavam os custos de produção. A opção pelos bovinos de carne foi também facilitada pelo facto do seu maneio carecer de menos mão-de-obra e menos especializada, quando comparado com o do efectivo ovino.

Por outro lado, assistiu-se na última década à alteração dos hábitos de consumo, após a crise da BSE, que fez cair o consumo de carne de bovino, sobretudo a originária de raças leiteiras, assistiu-se a um aumento da importância relativa de carne proveniente de bovinos de carne, particularmente de raças autóctones e seus cruzamentos, no consumo nacional.

O efectivo bovino também aumentou em relação a 1999 na Beira Interior (+12%), nos Açores (+4,3%) e na Madeira (+3,4%). As restantes regiões registaram decréscimos, que foram particularmente acentuados na Beira Litoral (-41%) e no Algarve (-34%). Neste última região, as razões para o abandono significativo da actividade apontam para factores como o elevado custo dos meios de produção, a idade avançada dos produtores, a obrigatoriedade de licenciamento e as dificuldades de reconversão das explorações pecuárias, a que se junta o facto da região não dispor actualmente de um matadouro em funcionamento, o que cria um obstáculo adicional à comercialização dos animais.

No que respeita ao efectivo leiteiro, registou-se uma descida considerável, com o desaparecimento de 22% das vacas e de cerca de 68% das explorações, a nível nacional. O efectivo leiteiro apresentou uma redução em todas as regiões, com excepção do Alentejo.

Nas principais regiões produtoras, o número de vacas leiteiras apresentou quebras de 45% na Beira Litoral, 19% no Entre Douro e Minho e 6% nos Açores.

O número de explorações leiteiras registou um decréscimo bem mais acentuado, particularmente nestas duas regiões do Continente (-74%), enquanto nos Açores diminuiu 36%, em relação a 1999. No entanto, a produção de leite nos últimos dez anos manteve-se estável, resultado do aumento de produtividade do sector, em grande parte devido ao investimento em tecnologia e ao melhoramento genético do efectivo leiteiro. Foi igualmente notória a diminuição do peso do sector bovino leiteiro em Trás-os-Montes, na Beira Interior (onde a sua substituição por efectivo produtor de carne se evidenciou), no Algarve e na Madeira.

Apesar da acentuada tendência para a concentração, traduzida no aumento do número de bovinos por exploração, que mais do que duplicou, passando de 13,8 cabeças em 1999 para 28,6 cabeças em 2009, e desta evolução ser ainda mais evidente nas explorações leiteiras (de 10,8 para 26,7 cabeças/exploração), continuam a existir muitas explorações pecuárias de reduzida dimensão. Cerca de 31% das explorações têm 1 ou 2 cabeças e cerca de 62% possuem menos de 10 bovinos. No entanto, é de notar o aumento do número de explorações com 50 ou mais bovinos, que constituindo apenas 14% das explorações com bovinos, concentram 74 % do efectivo total.

Figura 4.8

Explorações com bovinos, por classes de dimensão (1999-2009)

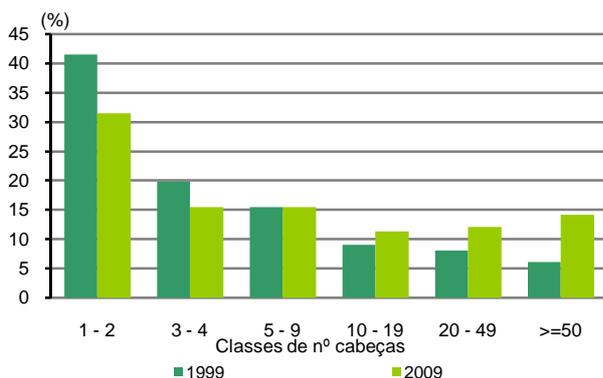
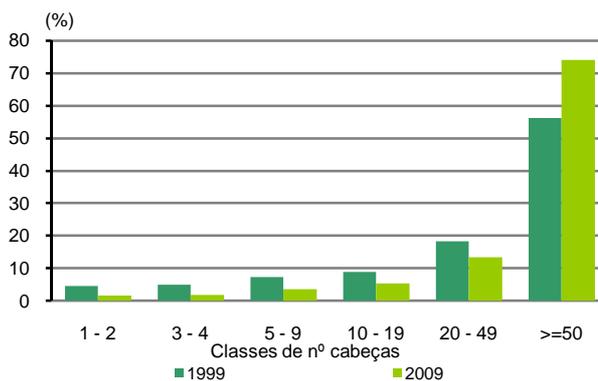


Figura 4.9

Efectivo bovino, por classes de dimensão (1999-2009)



Total de bovinos: número total de cabeças de gado bovino, incluindo o gado bravo. A informação foi recolhida segundo a idade, sexo e aptidão.

Vitelos de carne (destinados a abate com idade inferior a um ano): animais machos ou fêmeas que se destinam a ser abatidos até aos 12 meses de idade.

Vitelos machos com menos de 1 ano: machos cujo destino seja outro que não o abate antes dos 12 meses de idade; ex: aqueles cujo destino é o abate depois dos 12 meses de idade ou cujo destino é a reprodução.

Vitelas fêmeas com menos de 1 ano: fêmeas cujo destino seja outro que não o abate antes dos 12 meses de idade; ex: aquelas cujo destino é o abate depois dos 12 meses de idade ou cujo destino é a reprodução.

Bovinos machos de 1 ano a menos de 2 anos: machos castrados e não castrados de 1 ano a menos de 2 anos de idade, qualquer que seja o seu destino (engorda para abate, reprodução, trabalho).

Fêmeas reprodutoras: fêmeas de 1 ano a menos de 2 anos de idade, não paridas, cujo destino seja a reprodução com o objectivo de produção de leite ou carne.

Fêmeas não reprodutoras: fêmeas de 1 ano a menos de 2 anos de idade, cujo destino não seja a reprodução (engorda para abate).

Bovinos machos de 2 anos e mais: machos castrados e não castrados de 2 anos e mais de idade qualquer que seja a sua aptidão (trabalho, engorda para abate, reprodução, refugio).

Novilhas reprodutoras de 2 anos e mais: fêmeas de 2 anos e mais de idade, não paridas, cujo destino seja a reprodução com o objectivo de produção de leite ou carne.

Novilhas não reprodutoras de 2 anos e mais: fêmeas não paridas de 2 anos e mais, cujo destino não seja a reprodução (engorda para abate).

Vacas leiteiras: fêmeas de 2 anos e mais de idade que já tenham parido pelo menos uma vez e cujo leite produzido seja exclusiva ou principalmente (a maior parte) vendido ou auto-consumido pela família do produtor.

Outras vacas (vacas aleitantes): fêmeas de 2 anos de idade que já tenham parido pelo menos uma vez e que não sejam consideradas "vacas leiteiras". O leite produzido por estas fêmeas é principalmente utilizado para alimentação dos vitelos.

4.1.1 Instalações de bovinos

As características dos sistemas de estabulação de bovinos têm influência a nível do bem-estar animal e do ambiente, nomeadamente no que diz respeito às quantidades de amoníaco emitidas. Os sistemas de estabulação considerados distinguem os que levam à produção predominante de estrume sólido e os que conduzem à produção predominante de chorume. O tipo de estabulação pode ser presa ou livre, consoante os movimentos dos animais estejam ou não condicionados dentro da instalação.

De uma forma geral, são menos danosos para o ambiente e mais favoráveis do ponto de vista do bem-estar animal, sistemas em que a estabulação é livre e que privilegiem a produção de estrume sólido (implica a existência de camas) em detrimento do chorume.

No entanto, o impacto ambiental do sistema de estabulação utilizado na exploração é variável, uma vez que depende não só do tipo e quantidade de efluentes produzidos, mas também das práticas relacionadas com a manutenção das instalações (nomeadamente do método, frequência e quantidade de água utilizados na sua limpeza), bem como da implementação e gestão do sistema de armazenamento e tratamento dos efluentes pecuários.

Normalmente, o efectivo bovino em explorações orientadas para a produção de carne é alojado em sistemas livres, com produção de estrume, sendo os sistemas de estabulação presa/livre com produção de chorume mais associados à produção leiteira, que recorre a estruturas com cubículos e um corredor central em que o pavimento pode ou não ter grelha (viteleiros e vacarias).

Figura 4.10

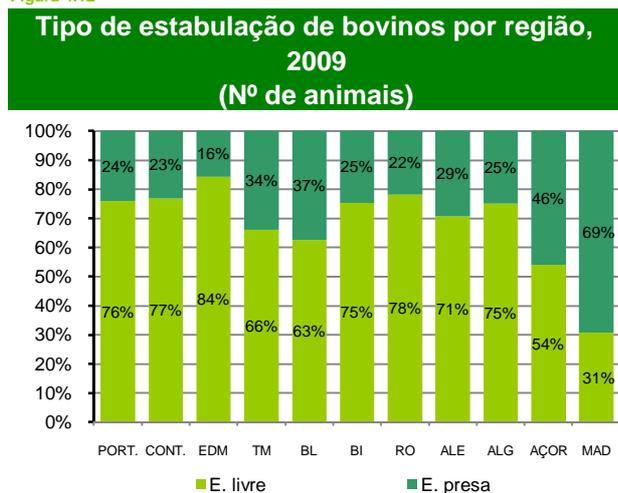
Instalações de bovinos, por região (2009)					
Regiões	Bovinos em instalações*				
	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	Dimensão média do efectivo alojado (Nº cab./expl.)
Portugal	8 609	100	480 831	100	56
Continente	8 442	98	465 932	97	55
EDM	4 245	49	208 424	43	49
TM	1 273	15	35 809	7	28
BL	1 583	18	69 097	14	44
BI	266	3	14 833	3	56
RO	735	9	90 019	19	122
ALE	278	3	45 552	9	164
ALG	62	1	2 198	0	35
Açores	142	2	13 439	3	95
Madeira	25	0	1 460	0	58

*No universo de explorações com efectivo médio igual ou superior a 10 bovinos

A estabulação de bovinos mostrou ser mais expressiva no Entre Douro e Minho, onde se localizam 49% do total de explorações e 43% do efectivo estabulado. Também na Beira Litoral e no Ribatejo e Oeste a estabulação é significativa, sendo estas as regiões que concentram os sistemas mais intensivos de produção de bovinos de carne e de leite. Pelo contrário, a sua expressão é mínima no Alentejo e nos Açores, pela utilização quase exclusiva de sistemas extensivos nestas regiões.

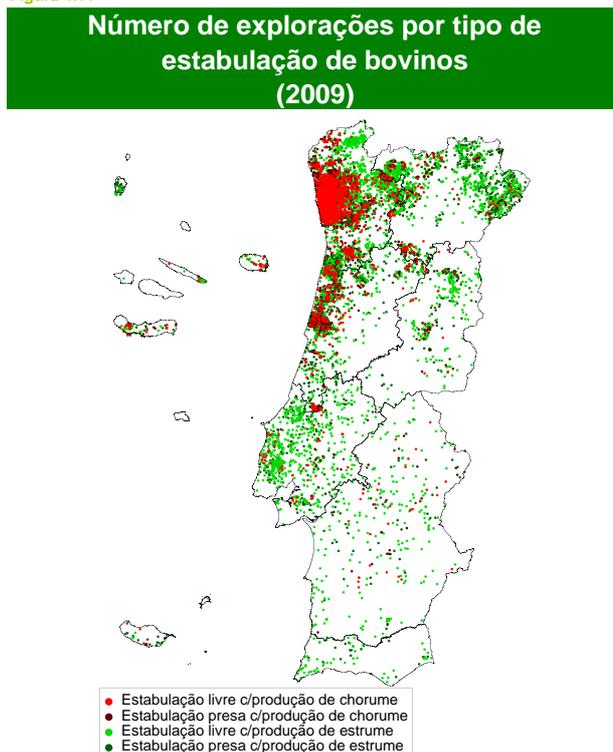
Considerando o tipo de estabulação, o regime livre é o mais frequentemente utilizado em Portugal, estando presente em 71% das explorações com animais estabulados e concentrando 76% do efectivo alojado. A estabulação presa, existente em 39% das explorações, representa apenas 24% do total de bovinos estabulados, o que significa que é mais frequente em regiões com efectivos de pequena dimensão e onde se concentra a produção leiteira, que utiliza instalações onde os animais jovens permanecem em cubículos individuais fechados (viteiros).

Figura 4.12



Quanto ao sistema utilizado, 76% das explorações com estabulação de bovinos usam instalações e procedem a práticas de manejo que conduzem à produção predominante de estrume, alojando 55% dos animais. Apenas 41% das unidades refere a produção predominante de chorume, sendo que, no entanto, 45% do efectivo alojado permanece em sistemas deste último tipo.

Figura 4.11



Este resultado indica que são as explorações com efectivos de maior dimensão e sistemas mais intensivos (caso da produção de leite) as que optam por instalações que resultam em produção de chorume, já que este obriga a infra-estruturas mais exigentes do ponto de vista da limpeza e do armazenamento de efluentes. É nas regiões onde se concentra a produção leiteira (Entre Douro e Minho, Beira Litoral e Açores) que este sistema predomina.

Figura 4.13

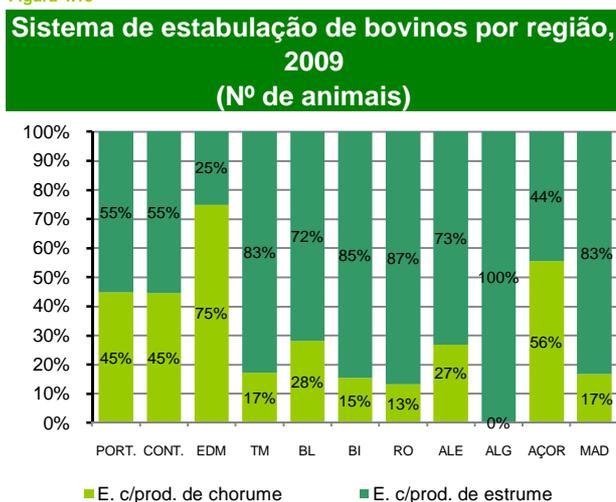
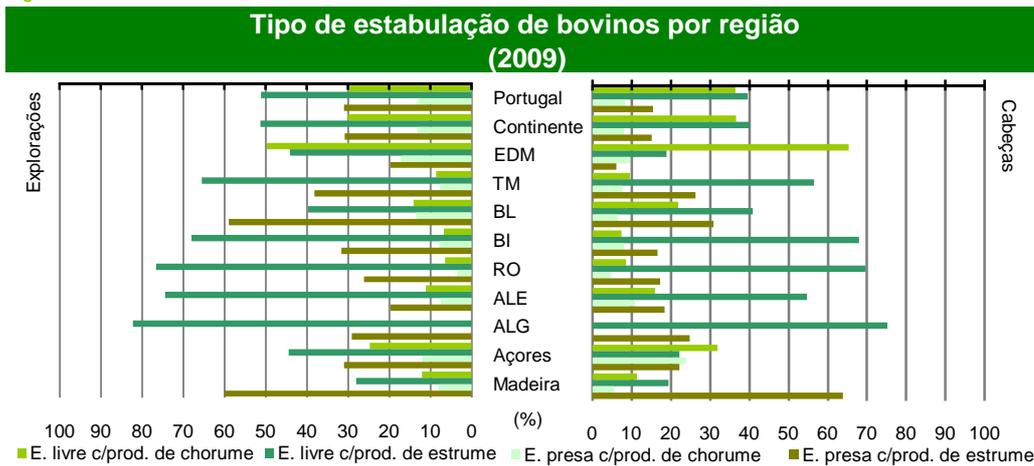


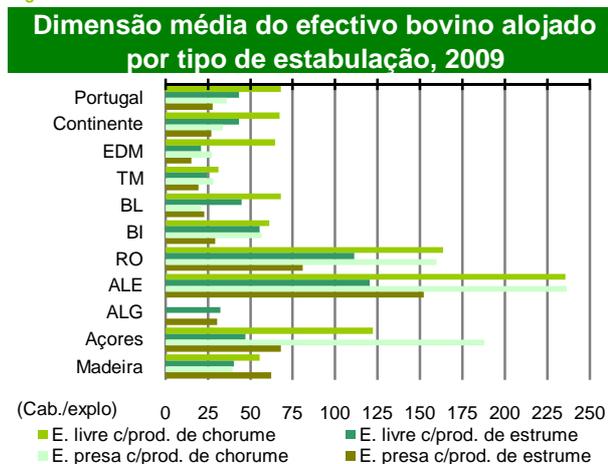
Figura 4.14



Em Portugal o sistema de estabulação mais frequente é livre e com produção de estrume, presente em 51% das explorações e alojando 40% do efectivo bovino, sendo o mais utilizado em explorações orientadas para a produção de carne, e o sistema mais comum em regiões como o Alentejo, Ribatejo e Oeste, Trás-os-Montes, Beira Interior e Algarve. Segue-se a estabulação livre com produção de chorume, típica das vacarias nas explorações leiteiras (30% das explorações e 36% do efectivo), relevante no Entre Douro e Minho e Açores.

Os sistemas de estabulação presa com produção de estrume (31% das explorações e 15% do efectivo), prevalece nas regiões com explorações de bovinos de menor dimensão e sem aptidão leiteira (caso da Madeira) sendo a estabulação presa com produção de chorume residual (referenciada apenas em 13% das explorações e alojando 8% do efectivo) e quase exclusivamente restrita aos viteleiros em explorações leiteiras.

Figura 4.15



Instalações de Bovinos

Número médio de bovinos alojados por tipo de estabulação, no universo das explorações agrícolas com um efectivo de 10 ou mais bovinos.

Estabulação: sistema em que os animais estão confinados a um determinado espaço físico (instalação) de forma permanente ou temporária.

Exclui: As instalações associadas aos sistemas de produção de bovinos em regime extensivo (cercas de contenção temporária, currais, etc.).

Estabulação presa: estabulação em que os animais têm os movimentos muito condicionados, encontrando-se permanentemente restringidos a um espaço físico individual, não podendo circular livremente nas instalações.

Estabulação livre: estabulação em que os animais podem circular na instalação, pela área a eles destinada, não se encontrando confinados a lugares individuais.

Estrume: mistura de dejectos sólidos dos animais com uma reduzida quantidade de urina, apresentando-se de forma sólida ou pastosa, podendo conter ou não resíduos de origem vegetal (palhas, matos ou outros) que serviram de camas ou de material para absorver fezes e urinas.

Estabulação com produção predominante de estrume: sistema de estabulação em que o pavimento se encontra coberto por material de cama (palha, serradura, aparas de madeira ou outros) misturado com fezes e urina dos animais.

Chorume: efluente líquido a semi-líquido proveniente dos estábulos, constituído por uma mistura de fezes, urinas e água das lavagens, e, deste modo, com diluição variável. Pode ser utilizado como fertilizante directamente sobre as terras, desde que suficientemente afastado das habitações e não havendo perigo de poluição do solo e das toalhas freáticas (legislação). As escorrências provenientes das nitrerias são vulgarmente designadas por chorume.

Estabulação com produção predominante de chorume: sistema de estabulação que produz efluentes pecuários de consistência fluida a pastosa, habitualmente designados por chorume, necessitando de estruturas de armazenamento capazes de conter as escorrências (tanques ou lagoas). A produção de chorume está relacionada com as características das instalações e o tipo de manejo, designadamente:

- Pavimento em grelha;
- Sistema de limpeza por bombagem de água (forte corrente de água que arrasta todos os materiais na superfície do pavimento);
- Ausência de qualquer material de cama não sintético (palha, serradura, aparas de madeira, ou outros).

4.2. Suínos

Figura 4.16

Efectivo suíno, por região (2009)								
Regiões	Total de Suínos				Porcas Reprodutoras			
	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)
Portugal	50 084	100	1 913 161	100	13 485	100	238 438	100
Continente	44 732	89	1 854 306	97	12 809	95	231 623	97
EDM	9 685	19	54 120	3	1 222	9	6 288	3
TM	5 114	10	24 008	1	937	7	3 587	2
BL	19 365	39	392 496	21	7 815	58	60 094	25
BI	3 436	7	34 276	2	378	3	4 588	2
RO	3 226	6	851 652	45	846	6	95 650	40
ALE	2 590	5	473 792	25	1 326	10	57 548	24
ALG	1 316	3	23 962	1	285	2	3 868	2
Açores	3 217	6	42 276	2	537	4	5 235	2
Madeira	2 135	4	16 579	1	139	1	1 580	1

Em 2009 o efectivo suíno contabilizou 1 913 mil cabeças, estando presente em cerca de 50 mil explorações agrícolas. Cerca de 45% do efectivo nacional concentra-se em 6% de explorações localizadas no Ribatejo e Oeste, onde se incluem as maiores suiniculturas. Por oposição, na Beira Litoral, a segunda região produtora, predomina a pequena dimensão, com 21% do efectivo nacional disperso por 39% das unidades produtivas. O Alentejo apresenta também relevância, já que contabiliza 25% do total de suínos em 5% das explorações.

Figura 4.17

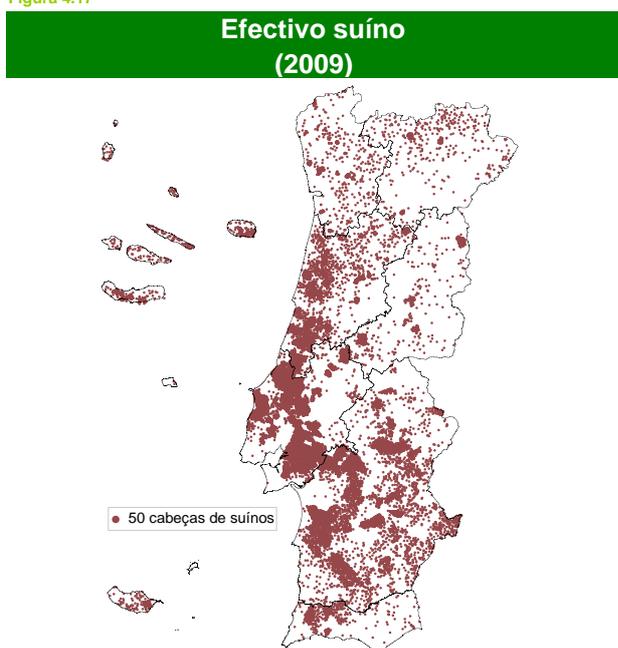


Figura 4.18

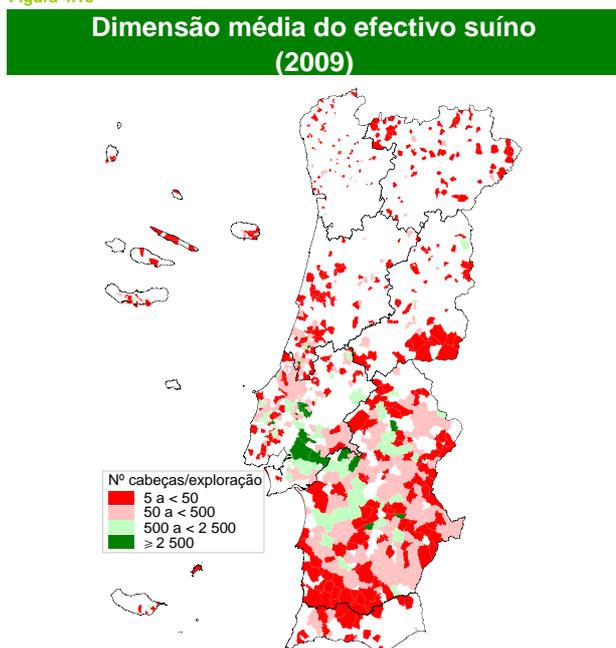


Figura 4.19

Dimensão média do efectivo suíno, por região (1999-2009)

Unidade: Nº Cab./Expl.

Regiões	Total de Suínos		Porcas Reprodutoras	
	1999	2009	1999	2009
Portugal	18,2	38,2	8,3	17,7
Continente	19,2	41,5	8,3	18,1
EDM	4,6	5,6	3,8	5,1
TM	4,3	4,7	3,9	3,8
BL	9,9	20,3	3,7	7,7
BI	6,6	10,0	7,5	12,1
RO	97,6	264,0	29,2	113,1
ALE	63,4	182,9	22,7	43,4
ALG	16,2	18,2	8,9	13,6
Açores	8,6	13,1	6,7	9,7
Madeira	6,3	7,8	6,4	11,4

Total de suínos: total de cabeças de gado suíno. A informação foi recolhida segundo o peso, sexo e aptidão:

Suínos com menos de 20 kg de peso vivo: suínos (machos e fêmeas) com menos de 20 Kg de peso vivo quer estejam ou não junto da porca mãe (a mamar ou desmamados). Normalmente são animais com menos de dois meses de idade.

Fêmeas reprodutoras com 50 kg de peso vivo e mais: fêmeas que já tenham parido pelo menos uma vez (porcas) e as fêmeas com 50 Kg e mais de peso vivo não paridas (não cobertas, cobertas pela primeira vez ou esperando o primeiro parto), mas destinadas à reprodução.

Suínos de 20 a menos de 50 kg de peso vivo: os porcos que não estejam considerados nas duas categorias anteriores e que tenham entre 20 e 50 Kg de peso vivo. Todos os machos de 20 a 50 Kg de peso vivo e as fêmeas de 20 Kg a menos de 50 Kg de peso vivo qualquer que seja o seu destino.

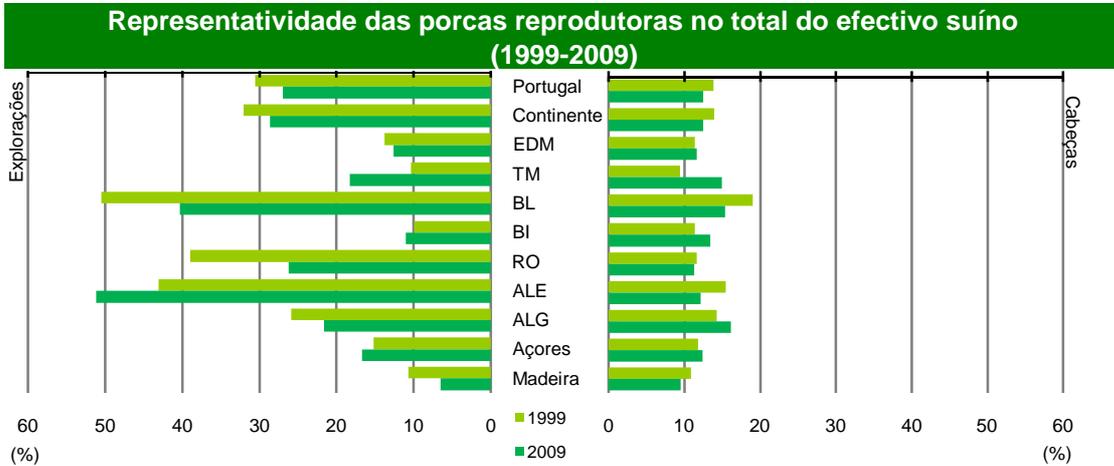
Suínos de engorda com 50 kg de peso vivo e mais: os porcos de engorda que não estejam incluídos nas categorias anteriores e que tenham peso vivo igual ou superior a 50 Kg. Todos os machos com peso vivo igual ou superior 50 Kg (incluindo machos de refugo), as fêmeas com peso vivo igual ou superior 50 Kg não destinadas à reprodução e as porcas de refugo com peso vivo igual ou superior 50 Kg.

Varrascos: machos inteiros (não castrados) com 50 Kg e mais de peso vivo que efectuem regularmente cobrições, mantendo-se em actividade reprodutora.

O efectivo de porcas reprodutoras, presente em 27% das explorações com suínos, representa 12% do efectivo total. A nível regional e no que diz respeito à presença de efectivo reprodutor nas explorações, registam-se valores muito distintos: enquanto no Alentejo cerca de 50% das explorações têm fêmeas

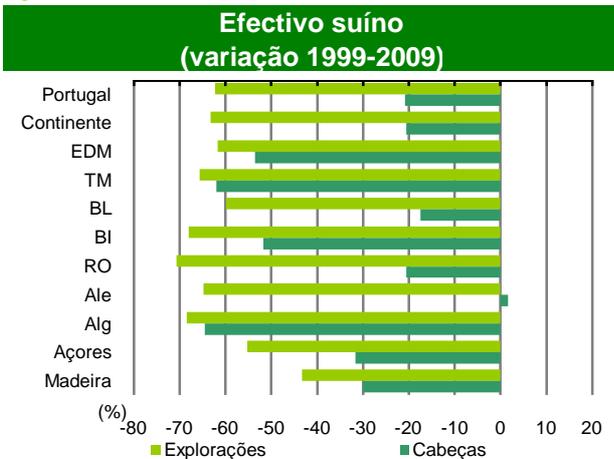
reprodutoras, na Madeira apenas 7% das unidades com suínos mantêm efectivo reprodutor. Já em termos da comparticipação do efectivo reprodutor em cada uma das regiões, este é muito homogéneo e representa em média 12% do efectivo regional.

Figura 4.20



Entre 1999 e 2009 observa-se uma quebra de 21% do efectivo suíno, que ocorreu em todas as regiões excepto no Alentejo, única região que viu o número de suínos aumentar ligeiramente (+1,6%) na década em análise.

Figura 4.21



A esta redução aliou-se um decréscimo generalizado e muito acentuado do número de explorações (-62%), o que determinou a duplicação do número médio de suínos por exploração, que passou de 18,2 para 38,2 cabeças.

De referir que no Ribatejo e Oeste, onde se encontram as maiores suiniculturas, a dimensão média do efectivo, passou de 97,6 para 264,0 cabeças, e no Alentejo, onde o aumento da dimensão média foi maior, registaram-se 182,9 cabeças por exploração em 2009.

Relativamente à repartição do efectivo por classes de dimensão, quase 3/4 das explorações têm apenas 1 ou 2 suínos, mas contabilizam apenas 3% do efectivo. Este grupo representa fundamentalmente a produção das explorações tradicionais ou familiares, em muitas das quais a produção de suínos consiste na típica matança do porco. Por oposição, 90% dos suínos concentram-se em 1% das suiniculturas, altamente intensivas, com 200 ou mais cabeças.

Figura 4.22

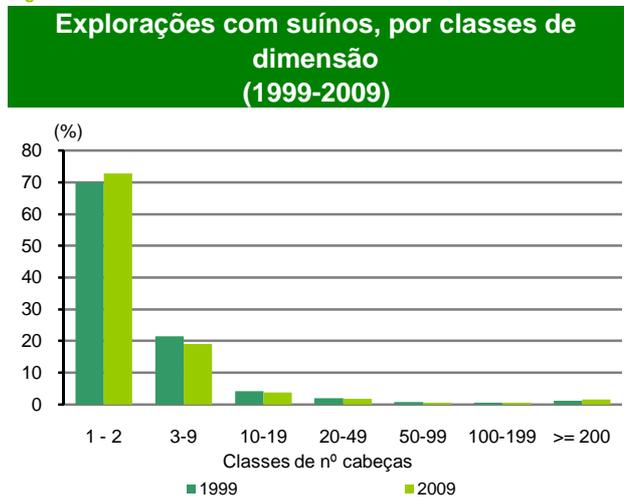
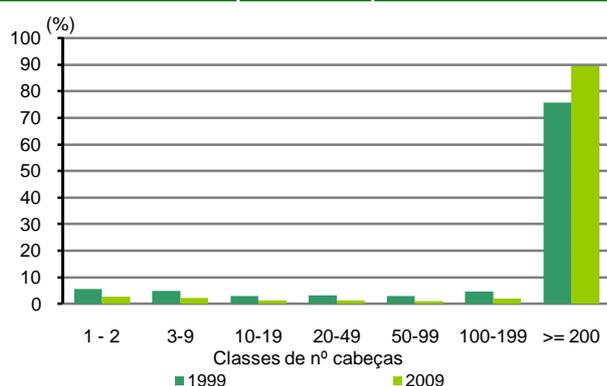


Figura 4.23

Efectivo suíno, por classes de dimensão (1999-2009)



O aumento do número médio de cabeças por exploração veio reforçar ainda mais a concentração do sector, onde um pequeno número de suiniculturas com 1 000 ou mais suínos que em 1999 já detinham 57% dos animais, é ampliada em 2009 para 80% do total do efectivo.

4.2.1. Instalações de suínos

A manutenção de suínos em instalações viabiliza a produção intensiva, ao assegurar o controlo das condições que reduzem a mortalidade e aumentam as taxas de concentração, crescimento e produtividade dos animais.

Por outro lado, o espaço limitado para os animais, que interfere com o seu bem-estar e as implicações ambientais destas unidades produtivas em termos de emissão de gases, faz com que o tipo de alojamento utilizado seja uma variável a ter em consideração.

Figura 4.24

Instalações de suínos, por região (2009)

Regiões	Suínos em instalações*				Dimensão média do efectivo alojado (Nº cab./expl.)
	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	
Portugal	1 085	100	1 612 735	100	1 486
Continente	1 048	97	1 571 687	97	1 500
EDM	30	3	34 375	2	1 146
TM	43	4	8 964	1	208
BL	335	31	321 631	20	960
BI	27	2	31 201	2	1 156
RO	451	42	821 864	51	1 822
ALE	131	12	335 169	21	2 559
ALG	31	3	18 483	1	596
Açores	29	3	28 004	2	966
Madeira	8	1	13 044	1	1 631

*No universo de explorações com efectivo médio igual ou superior a 50 suínos ou 10 ou mais porcas reprodutoras

Uma das principais características do alojamento prende-se com o tipo de pavimento utilizado, sobretudo com a existência ou não de grelhas. A existência de grelhas tem a vantagem de permitir que o chorume se escoe para tanques situados debaixo das instalações, criando uma barreira entre a emissão de amoníaco e o ar circulante na instalação.

Implica no entanto uma limpeza assídua dos tanques, para não criar problemas de contaminação e libertação de odores. Em termos de conforto animal a maior desvantagem destas instalações resulta da adaptação às grelhas e à ausência de camas, sobretudo no caso de ser totalmente em grelha.

Instalações de suínos:

Número médio de suínos alojados, por tipo de instalação, no universo das explorações agrícolas com um efectivo médio de 50 ou mais suínos ou 10 ou mais porcas reprodutoras.

Exclui os abrigos utilizados na produção de suínos em regime extensivo (ex.: *camping*).

Instalações com pavimento sem grelha e com cama sobreposta: instalação pecuária com pavimento impermeável, que não permite o escoamento dos efluentes, e com uma camada espessa de material de cama (palha, serradura, aparas de madeira ou outros). Os materiais de cama vão sendo normalmente sobrepostos às camadas anteriores. O estrume é normalmente removido mecanicamente, com intervalos que podem ser de vários meses, para o exterior da instalação.

Outras instalações com pavimento sem grelha: instalações com pavimento sem grelha e sem cama; Instalações com pavimento sem grelha e camas retiradas com grande frequência, de forma a não permitir a acumulação de dejectos.

Instalações com pavimento com grelha: instalações com pavimento total ou parcialmente formado por grelhas ou ripas, através das quais os dejectos escorrem para uma fossa onde se acumulam.

A distribuição de suínos em instalações mostra uma concentração semelhante à do efectivo: cerca de 70% das explorações e do efectivo alojado estão no Ribatejo e Oeste e Beira Litoral, regiões onde se localizam as maiores explorações intensivas. Segue-se o Alentejo, com 12% das explorações e 21% do efectivo alojado.

Figura 4.25

Número de explorações por tipo de instalações de suínos (2009)

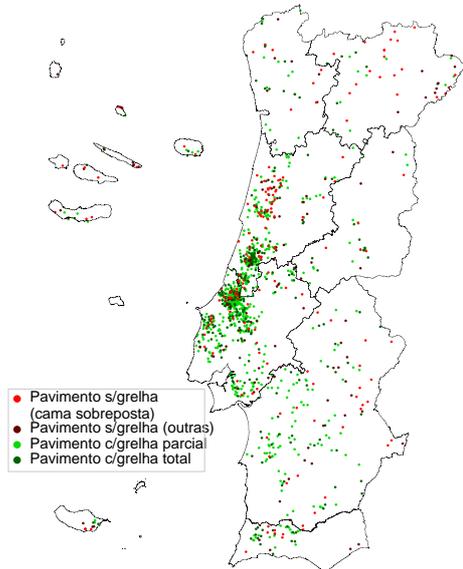
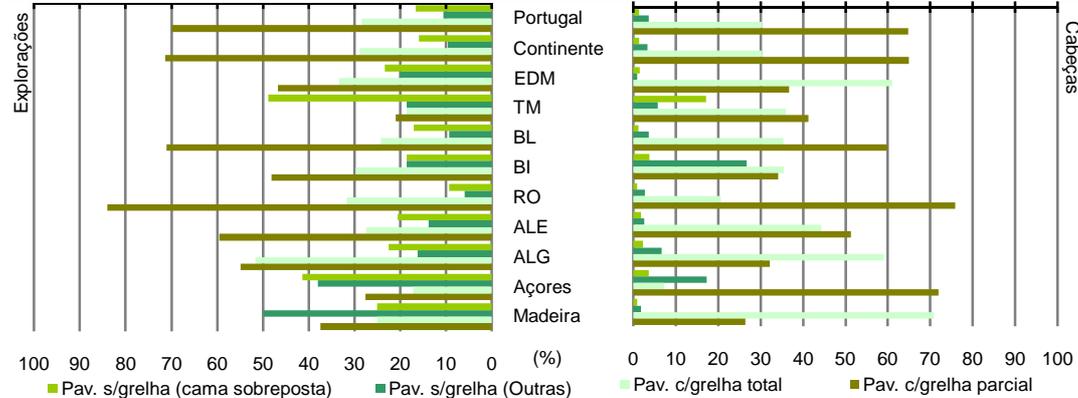


Figura 4.27

Tipo de instalações de suínos por região, 2009



A utilização de instalações sem grelhas foi reportada apenas por 26% das explorações e para alojamento de apenas 5% dos animais. A utilização deste tipo de instalações apenas mostrou alguma relevância em regiões caracterizadas por explorações suinícolas de menor dimensão e menos intensivas (Trás-os-Montes, Beira Interior e Açores). Dentro das instalações com pavimento sólido, o uso da cama sobreposta revelou-se residual, com apenas 1% do efectivo alojado neste tipo de sistema.

A diferença no número médio de animais alojados consoante o tipo de pavimento utilizado na instalação é elucidativa: 276 cabeças/exploração em pavimentos sem grelha e 1 733 cabeças/exploração em instalações com grelhas.

Considerando o tipo de instalação, 82% das explorações têm pavimento com grelha, a que corresponde o alojamento de 95% dos suínos. O tipo de instalação mais frequente (em 70% das unidades e para 65% do efectivo) tem pavimento com grelha parcial, que permite uma área sólida de repouso para os animais. A grelha total apenas é usada no alojamento de 30% dos animais.

Figura 4.26

Tipo de instalações de suínos por região, 2009 (Nº de animais)

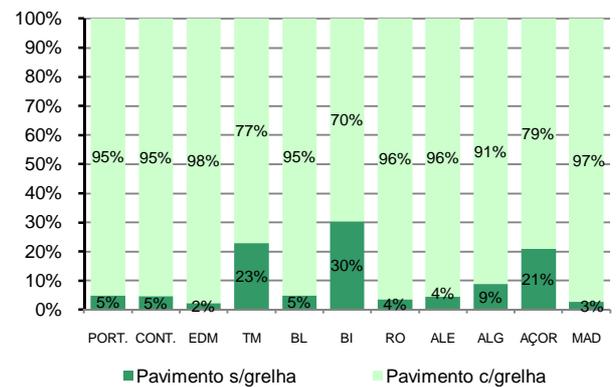
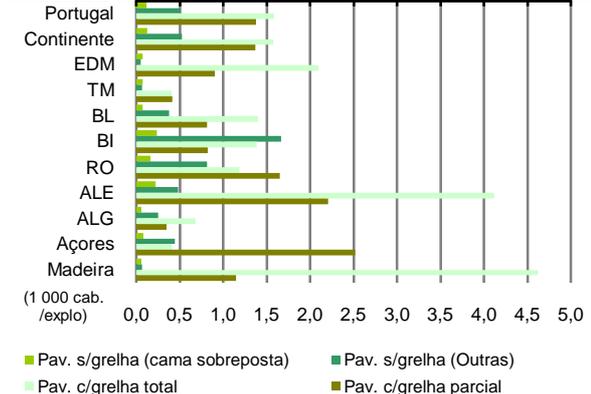


Figura 4.28

Dimensão média do efectivo suíno alojado por tipo de instalação, 2009



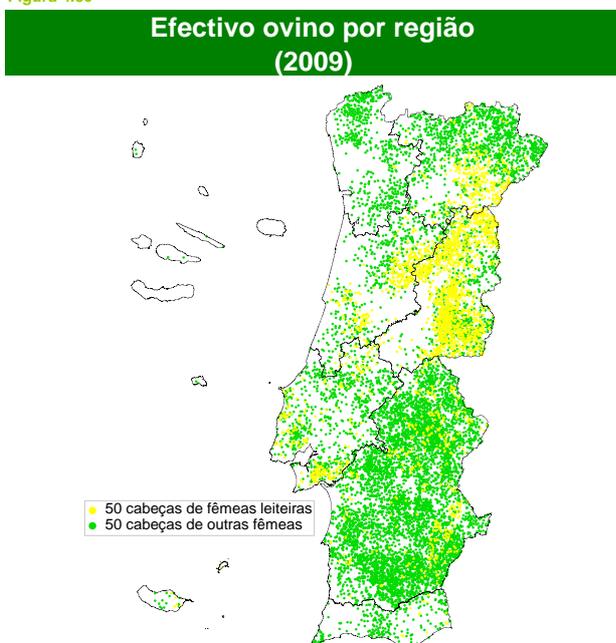
4.3. Ovinos

Figura 4.29

Efectivo ovino, por região (2009)								
Regiões	Total de Ovinos				Efectivo Leiteiro			
	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)
Portugal	51 787	100	2 219 639	100	8 551	100	424 448	100
Continente	50 197	97	2 211 173	100	8 145	95	422 939	100
EDM	12 721	25	129 148	6	2	0	350	0
TM	4 436	9	269 726	12	889	10	51 609	12
BL	11 464	22	143 866	6	2 987	35	50 301	12
BI	5 550	11	359 200	16	2 695	32	224 305	53
RO	7 082	14	173 803	8	1 227	14	39 964	9
ALE	8 133	16	1 090 421	49	248	3	54 239	13
ALG	811	2	45 009	2	97	1	2 171	1
Açores	638	1	3 850	0	148	2	436	0
Madeira	952	2	4 616	0	258	3	1 073	0

A produção de ovinos é uma actividade que apresenta alguma concentração a nível regional. De facto, dos 2 220 mil ovinos presentes em 52 mil explorações, 49% localizam-se no Alentejo, em apenas 16% das unidades produtivas, seguindo-se a Beira Interior com 16% do efectivo em 11% das explorações.

Figura 4.30



No Alentejo, a dimensão média do rebanho por exploração é de 134,1 cabeças, consideravelmente superior à das outras regiões. Em Entre Douro e Minho e Beira Litoral a dimensão média dos rebanhos é próxima das 10 cabeças, subindo para cerca dos 65 ovinos na Beira Interior e Trás-os-Montes.

Total de ovinos: total de cabeças de gado ovino. A informação foi recolhida segundo o sexo e a aptidão.

Malatas leiteiras: fêmeas novas cobertas pela 1ª vez (borregas) e que após o parto e desmame dos borregos se destinam a ser ordenhadas regularmente.

Outras malatas: fêmeas novas cobertas pela 1ª vez e que após o parto e desmame dos borregos não se destinam a ser ordenhadas regularmente.

Ovelhas leiteiras: fêmeas que já pariram pelo menos uma vez e que após o parto e desmame dos borregos se destinam a ser ordenhadas regularmente.

Outras ovelhas: fêmeas que já pariram pelo menos uma vez e que não são consideradas ovelhas leiteiras (não são ordenhadas regularmente).

Outros ovinos: machos e as fêmeas de qualquer idade que não foram considerados nas categorias anteriores. Os borregos(as), os carneiros e os machos de refugo.

Figura 4.31

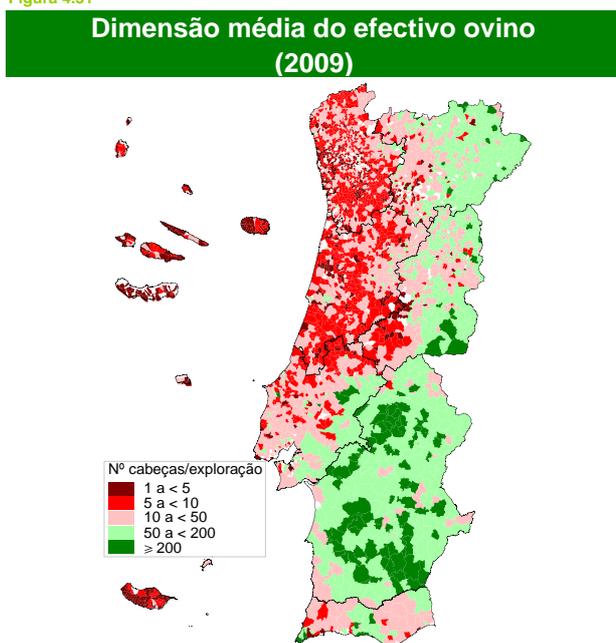


Figura 4.32

Dimensão média do efectivo ovino, por região (1999-2009)				
Regiões	Total de Ovinos		Efectivo Leiteiro	
	1999	2009	1999	2009
Portugal	41,1	42,9	37,9	49,6
Continente	42,1	44,0	38,8	51,9
EDM	9,1	10,2	6,1	175,0
TM	60,7	60,8	64,8	58,1
BL	11,1	12,5	13,1	16,8
BI	56,6	64,7	59,6	83,2
RO	24,1	24,5	30,7	32,6
ALE	137,4	134,1	112,8	218,7
ALG	38,0	55,5	27,0	22,4
Açores	5,9	6,0	2,4	2,9
Madeira	7,1	4,8	7,7	4,2

O efectivo leiteiro, constituído pelas ovelhas e borregas leiteiras, representa 19% do efectivo ovino, presente em cerca de 17% das explorações. A produção de leite de ovelha concentra-se na Beira Interior, onde se localiza 53% do efectivo leiteiro, assumindo nesta região uma importância superior à produção de carne. O segundo maior efectivo leiteiro localiza-se no Alentejo (13%), onde, no entanto, representa apenas 5% do efectivo ovino regional.

Figura 4.33

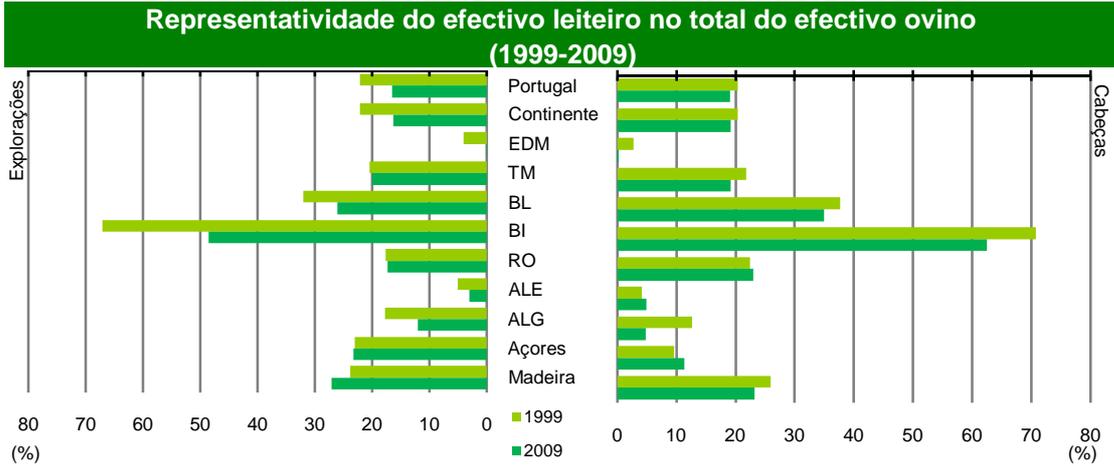
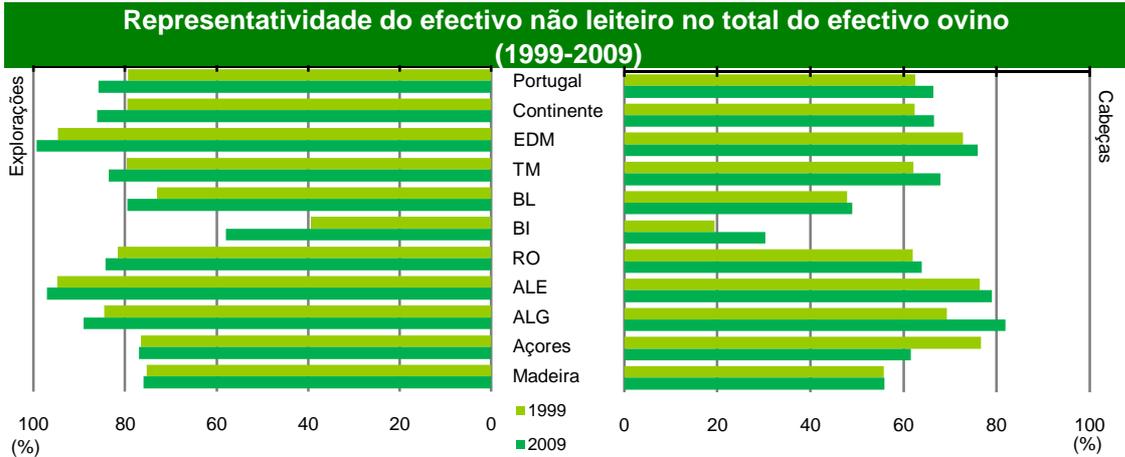
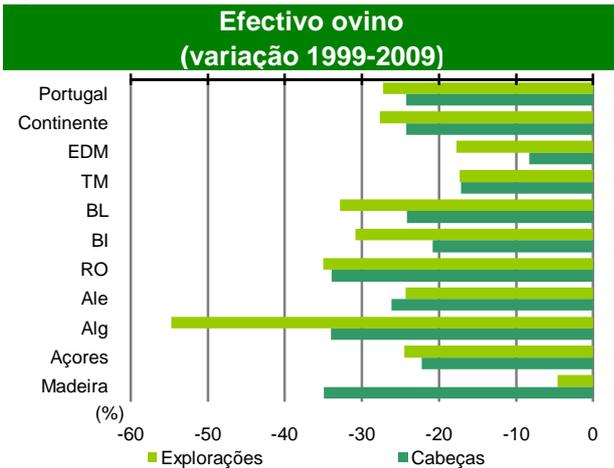


Figura 4.34



No período em análise houve uma descida das explorações (-27%) e do efectivo ovino (-24%) em todas as regiões. O decréscimo desta actividade, embora generalizado, foi mais acentuado no Algarve, no Ribatejo e Oeste e na Madeira.

Figura 4.35



A dimensão média das explorações registou uma subida muito ligeira, passando de 41,1 para 42,9 cabeças/exploração em 2009.

A repartição do efectivo por classes de dimensão das explorações não se alterou de forma significativa, embora se tenha assistido a uma redução do número de explorações com menos de 10 cabeças e aumento das explorações com 10 a 19 e 20 a 49 cabeças.

Figura 4.36

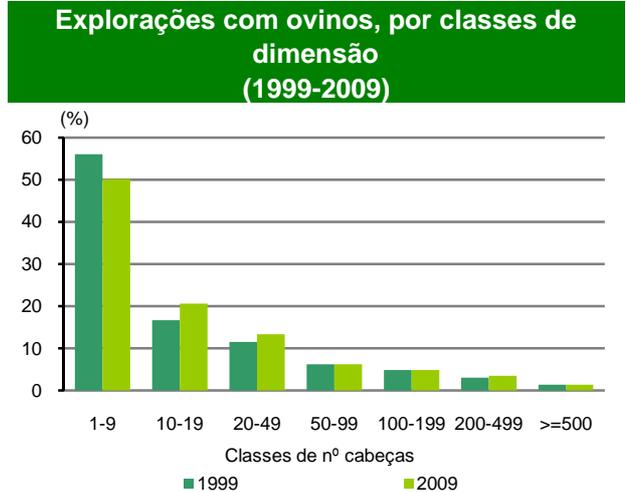
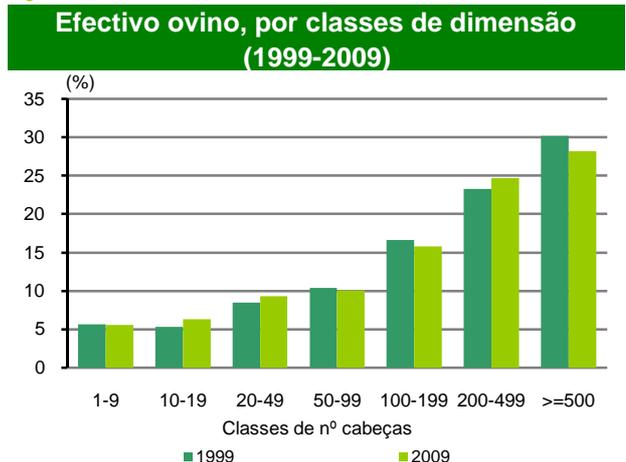


Figura 4.37



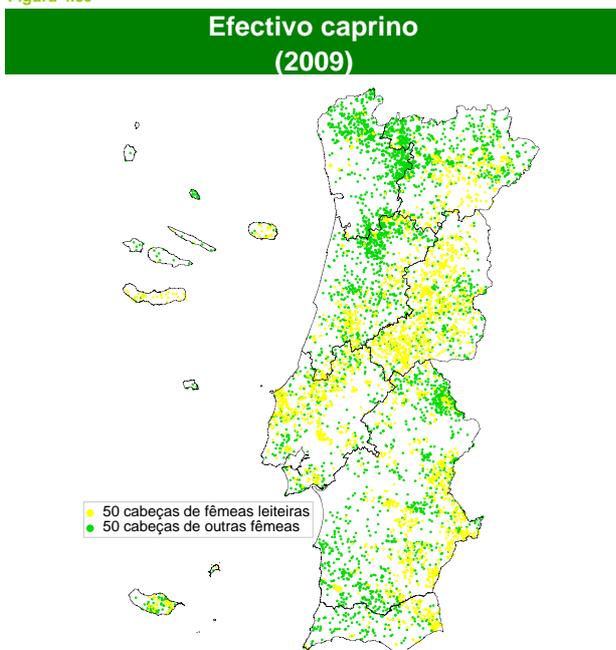
4.4. Caprinos

Figura 4.38

Efectivo caprino por região (2009)								
Regiões	Total de Caprinos				Efectivo Leiteiro			
	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)
Portugal	32 514	100	420 711	100	11 861	100	149 295	100
Continente	28 512	88	405 627	96	9 956	84	143 736	96
EDM	4 560	14	54 819	13	15	0	2 029	1
TM	1 945	6	57 006	14	539	5	14 881	10
BL	9 715	30	64 244	15	3 044	26	16 560	11
BI	6 209	19	66 172	16	4 424	37	40 993	27
RO	2 927	9	48 656	12	1 158	10	27 495	18
ALE	2 418	7	99 155	24	570	5	35 510	24
ALG	738	2	15 575	4	206	2	6 268	4
Açores	1 711	5	8 018	2	980	8	3 575	2
Madeira	2 291	7	7 066	2	925	8	1 984	1

O efectivo caprino em 2009 contabilizou 421 mil cabeças (ou seja cerca de 1/5 do efectivo ovino) em 33 mil unidades produtivas a nível nacional. Os caprinos apresentam uma repartição regional consideravelmente mais dispersa, com o Alentejo a representar 24% do efectivo, seguindo-se a Beira Interior com 16% e a Beira Litoral, com 15% do número total de caprinos.

Figura 4.39



Total de caprinos: total de cabeças de gado caprino. A informação foi recolhida segundo o sexo e a aptidão.

Chibas leiteiras: fêmeas novas cobertas pela 1ª vez e que após o parto e desmame dos cabritos se destinam a ser ordenhadas regularmente.

Outras chibas: fêmeas novas cobertas pela 1ª vez e que após o parto e desmame dos cabritos não se destinam a ser ordenhadas regularmente.

Cabras leiteiras: fêmeas que já pariram pelo menos uma vez e que após o desmame dos cabritos se destinam a ser ordenhadas regularmente.

Outras cabras: fêmeas que já pariram pelo menos uma vez e que não se destinam a ser ordenhadas regularmente.

Outros caprinos: machos e fêmeas de qualquer idade que não foram considerados nas categorias anteriores. As chibas de substituição, os cabritos, os bodes reprodutores e machos de refúgio.

Figura 4.40

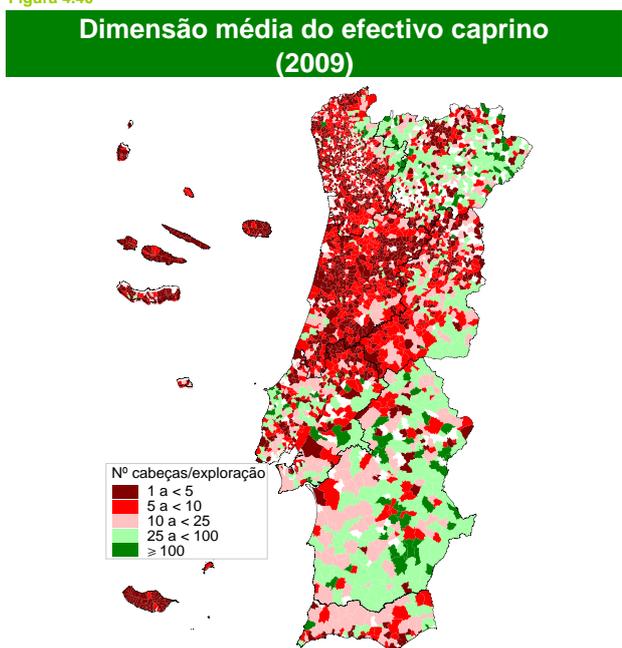


Figura 4.41

Dimensão média do efectivo caprino, por região (1999-2009)

Unidade: Nº Cab./Expl.

Regiões	Total de Caprinos		Efectivo Leiteiro	
	1999	2009	1999	2009
Portugal	9,8	12,9	8,0	12,6
Continente	10,6	14,2	8,5	14,4
EDM	11,6	12,0	6,9	135,3
TM	23,7	29,3	24,5	27,6
BL	5,1	6,6	3,8	5,4
BI	8,1	10,7	7,0	9,3
RO	8,8	16,6	9,1	23,7
ALE	30,1	41,0	30,9	62,3
ALG	15,7	21,1	13,8	30,4
Açores	3,0	4,7	2,3	3,6
Madeira	3,2	3,1	2,2	2,1

O efectivo leiteiro, que representa 35% dos caprinos e está presente em 36% das explorações concentra-se, à semelhança dos ovinos, na Beira Interior (27% do efectivo leiteiro total), onde representa 62% do efectivo caprino da região.

Figura 4.42

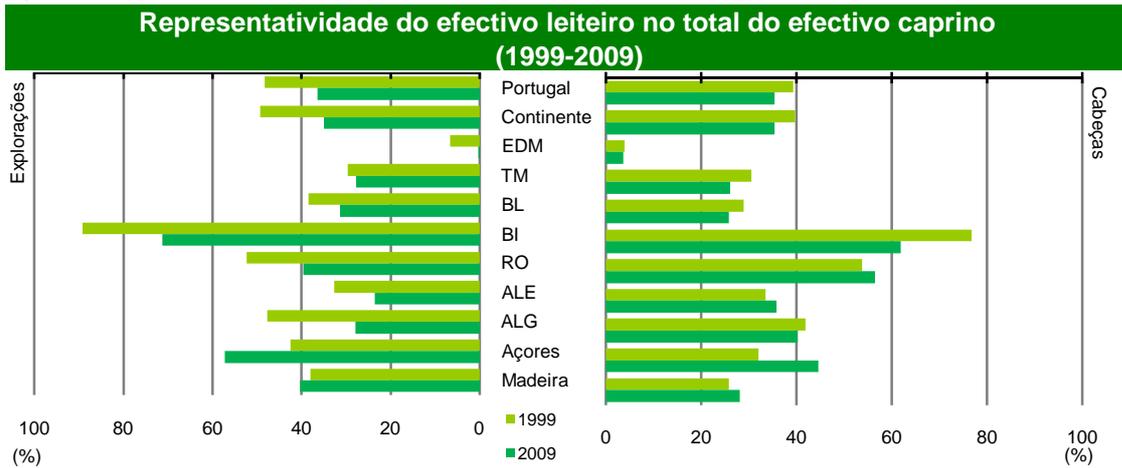
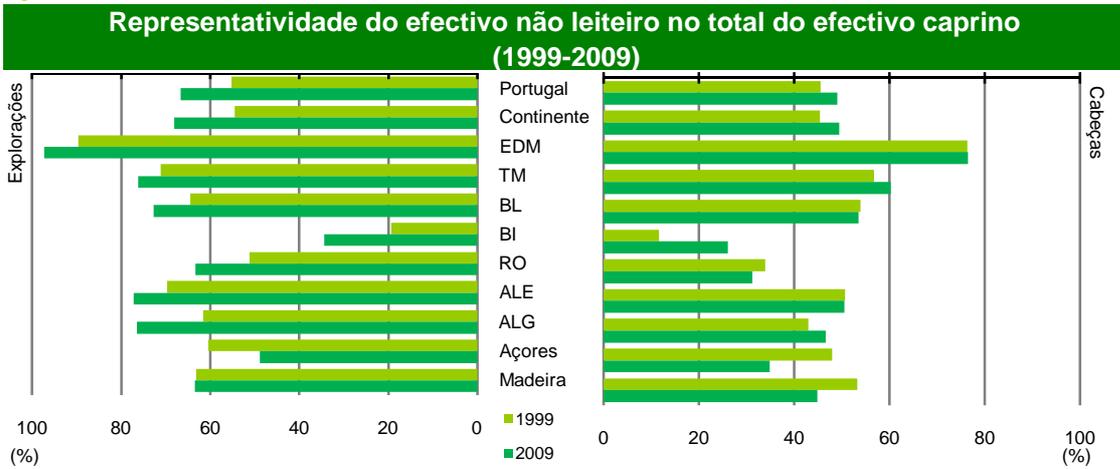


Figura 4.43



A dimensão média dos rebanhos, consideravelmente inferior à dos ovinos, situou-se em 2009 nas 12,9 cabeças, o que representa um aumento de apenas três cabeças, em relação a 1999.

Nos 10 anos em análise registou-se o abandono da actividade por parte de 41% das explorações, acompanhado por uma redução de 22% no efectivo. Com excepção do Ribatejo e Oeste, onde se verificou um ligeiro aumento, o efectivo caprino regista decréscimo nas restantes regiões, tendo sido especialmente significativa a quebra ocorrida na Beira Interior.

A análise da estrutura de repartição dos caprinos pelas classes de dimensão revela que continuam a predominar as pequenas explorações com menos de 10 cabeças, se bem que o seu número se tenha reduzido, e que as explorações com mais de 100 caprinos (3%) concentram 41% do efectivo, quando em 1999 apenas detinham 34%.

Figura 4.45

Explorações com caprinos, por classes de dimensão (1999-2009)

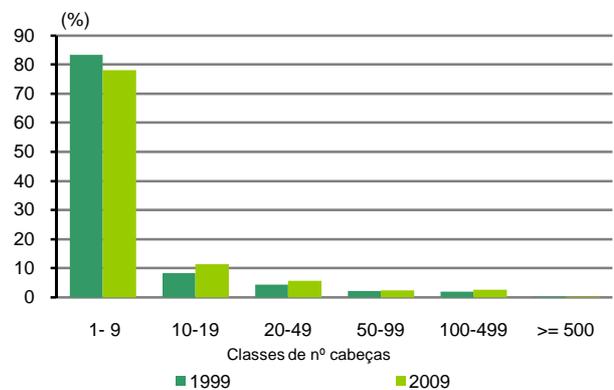


Figura 4.44

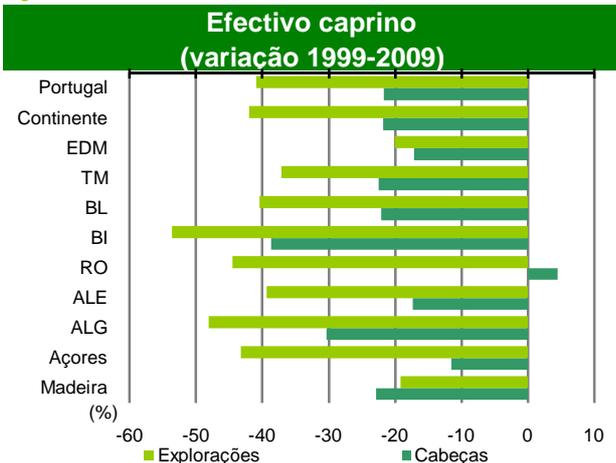
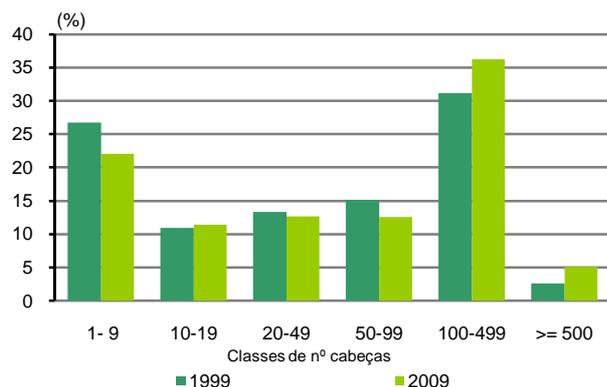


Figura 4.46

Efectivo caprino, por classes de dimensão (1999-2009)



4.5. Equídeos

Figura 4.47

Efectivo Equídeo, por região (2009)

Regiões	Total de Equídeos				Equinos			
	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)
Portugal	27 652	100	56 014	100	11 849	100	35 913	100
Continente	25 852	93	53 243	95	10 381	88	33 695	94
EDM	2 689	10	9 187	16	2 401	20	8 669	24
TM	12 434	45	15 579	28	3 021	25	4 175	12
BL	2 080	8	3 563	6	942	8	2 248	6
BI	4 455	16	6 190	11	1 156	10	2 279	6
RO	1 355	5	7 274	13	1 113	9	6 751	19
ALE	1 982	7	9 590	17	1 431	12	8 527	24
ALG	857	3	1 860	3	317	3	1 046	3
Açores	1 789	6	2 742	5	1 461	12	2 196	6
Madeira	11	0	29	0	7	0	22	0

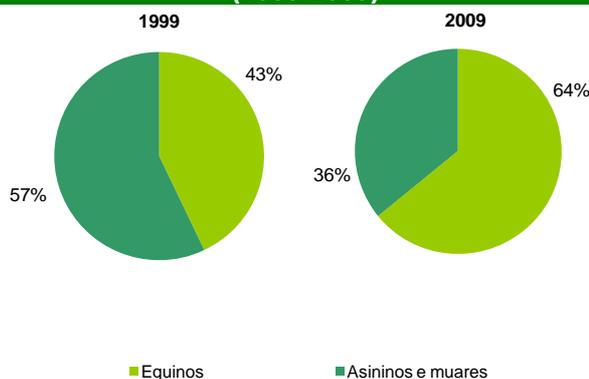
Em 2009 o efectivo equídeo, presente em cerca de 28 mil explorações agrícolas, contabilizou 56 mil cabeças. A concentração a nível regional é notória, com a região de Trás-os-Montes a destacar-se (28% do total de cabeças e 45% das explorações com equídeos) devido ao número elevado de asininos e muares, que representam 73% do total de equídeos nesta região. Segue-se o Alentejo, com 17% dos equídeos, o Entre Douro e Minho (16%) e o Ribatejo e Oeste (13%), onde prevalecem os equinos (cavalos).

Os equinos, que em 2009 representavam 64% do efectivo equídeo e estão presentes em 43% das explorações, concentram-se nas regiões do Entre Douro e Minho, Alentejo e Ribatejo e Oeste, que no seu conjunto contabilizavam 67% do efectivo equino total.

Entre 1999 e 2009, é notória a quebra acentuada do número de asininos e muares, tendo desaparecido, a nível nacional cerca de 60% dos animais.

Figura 4.48

Efectivo Equídeo (1999-2009)



Total de equídeos: total de cabeças do gado equídeo. A informação foi recolhida segundo a espécie, considerando o gado equino, gado asinino e gado muar, independentemente do sexo e idade.

Equinos: número de equinos (cavalos e éguas) de qualquer idade.

Asininos: número de burros (machos e fêmeas) de qualquer idade.

Muares: número de machos e mulas de qualquer idade.

4.6. Aves e coelhos

Figura 4.49

Aves e Coelhoos, por região (2009)												
Regiões	Total de Aves				Galinhas poedeiras e reprodutoras				Total de Coelhoos			
	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)
Portugal	161 088	100	35 351 548	100	140 163	100	11 978 427	100	59 240	100	1 395 143	100
Continente	149 923	93	34 369 250	97	130 418	93	11 592 171	97	57 665	97	1 358 415	97
EDM	39 752	25	2 731 795	8	32 393	23	1 000 874	8	20 982	35	438 762	31
TM	25 502	16	680 923	2	22 952	16	209 242	2	9 520	16	295 884	21
BL	38 476	24	16 741 212	47	33 530	24	4 798 478	40	14 383	24	419 133	30
BI	17 894	11	593 433	2	17 067	12	225 567	2	6 107	10	67 408	5
RO	14 896	9	12 983 634	37	12 140	9	5 211 092	44	5 245	9	109 507	8
ALE	7 856	5	563 256	2	7 361	5	104 691	1	900	2	23 995	2
ALG	5 547	3	74 997	0	4 975	4	42 227	0	528	1	3 726	0
Açores	5 160	3	482 820	1	4 868	3	220 831	2	780	1	29 610	2
Madeira	6 005	4	499 478	1	4 877	3	165 425	1	795	1	7 118	1

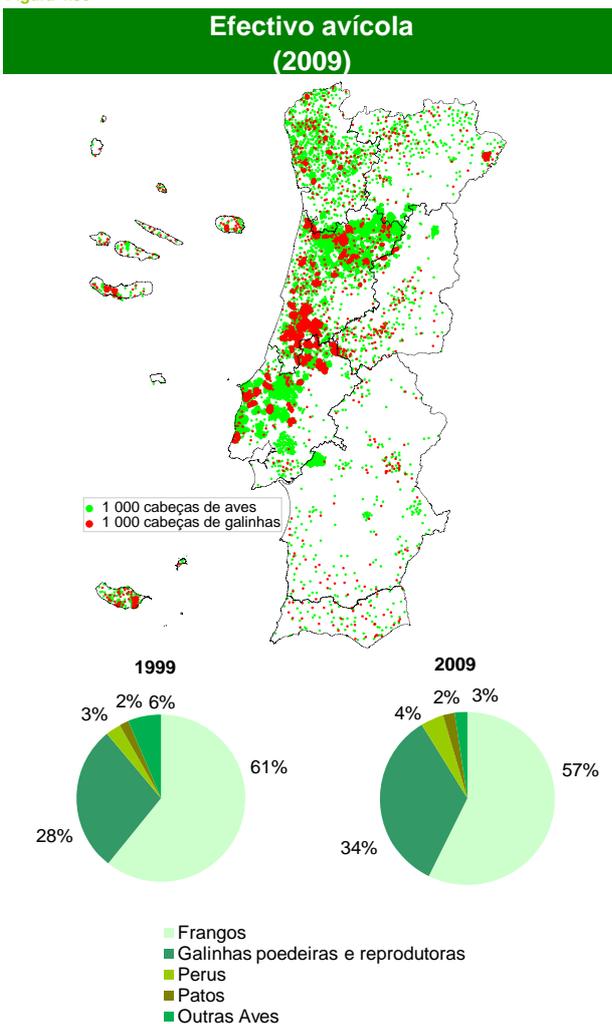
O efectivo de aves contabilizou 35 352 mil cabeças em 161 mil explorações, ou seja, cerca de 53% das unidades recenseadas em 2009 possuíam aves.

O efectivo de coelhos contou 1 395 mil animais, distribuídos por 59 mil explorações. A sua distribuição incide sobretudo no Entre Douro e Minho e Beira Litoral, regiões que em conjunto asseguram mais de 60% do número total de coelhos e onde se localizam algumas das maiores explorações de cunicultura industrial.

Cerca de 84% das aves concentram-se em 33% das explorações, localizadas na Beira Litoral e no Ribatejo e Oeste, seguidas do Entre Douro e Minho (8% do efectivo total, em 25% das explorações).

É nestas regiões que se localizam a maioria das unidades dedicadas à produção avícola industrial das principais espécies (galináceos, perus e patos), tanto as vocacionadas para produção de ovos como de carne, o que explica a distribuição geográfica dos efectivos avícolas.

Figura 4.50



Existem galinhas poedeiras e reprodutoras em 87% das explorações com aves. A distribuição geográfica do efectivo é semelhante à do total de aves, com a Beira Litoral, o Ribatejo e Oeste e o Entre Douro e Minho a concentrarem 92% do número total de galinhas, em virtude das maiores unidades avícolas produtoras de ovos, quer para consumo quer para incubação se concentrarem nessas regiões.

Em 2009 os frangos de carne (20 254 mil cabeças) constituíam cerca de 60% do total de aves, seguidos das galinhas poedeiras e reprodutoras (11 978 mil animais), que representavam 34% do efectivo total.

Os perus (1 518 mil cabeças) e patos (754 mil cabeças) são espécies com menor expressão, constituindo, respectivamente, 4% e 2% do efectivo total de aves a nível nacional. A categoria "outras aves" (inclui codornizes, gansos, pintadas, pombos para carne, avestruzes criadas em cativeiro e destinadas à produção) representa apenas 3% do total.

Galinhas poedeiras e reprodutoras: Fêmeas já em postura, quer os ovos se destinem ao consumo ou à incubação. Inclui as frangas destinadas à postura.

4.6.1 Instalações de galinhas poedeiras e reprodutoras

A avicultura industrial recorre a vários tipos de instalações, mas normalmente apenas as galinhas poedeiras são mantidas em gaiolas, enquanto as aves destinadas à produção de carne (frangos, perus, patos) são criadas em pavilhões em produção no solo com cama ou em sistemas de produção ao ar livre.

O sector avícola é responsável por uma percentagem significativa das emissões de amoníaco provenientes da agricultura. Entre outros factores, estas emissões dependem de características associadas ao tipo de alojamento utilizado na exploração avícola, nomeadamente do sistema de gestão de dejectos utilizado, do tipo de ventilação da instalação e da utilização de camas. As emissões de amoníaco variam dependendo da secagem ou não dos dejectos previamente à sua armazenagem.

Figura 4.51

Instalações de galinhas poedeiras e reprodutoras em produção, por região (2009)					
Regiões	Galinhas em instalações*				Dimensão média do efectivo alojado (1000 cab./expl.)
	Nº Expl.	(%)	Nº Cab.	(%)	
Portugal	142	100	10 498 619	100	74
Continente	131	92	10 229 250	97	78
EDM	14	10	828 517	8	59
TM	4	3	55 020	1	14
BL	76	54	4 510 517	43	59
BI	5	4	103 470	1	21
RO	30	21	4 713 226	45	157
ALE	2	1	18 500	0	9
ALG	0	0	0	0	0
Açores	5	4	144 269	1	29
Madeira	6	4	125 100	1	21

*No universo de explorações com efectivo médio igual ou superior a 1000 galinhas poedeiras ou reprodutoras

A distribuição geográfica das galinhas em produção alojadas é semelhante à do efectivo total, sendo que 75% das explorações e 88% das aves em instalações estão concentradas no Ribatejo e Oeste e na Beira Litoral, regiões onde se localizam as maiores explorações avícolas. O Ribatejo e Oeste caracteriza-se por ter as explorações de maior dimensão média (157 mil cabeças/exploração), enquanto a Beira Litoral tem o maior número de explorações, mas com uma dimensão média de efectivo inferior (59 mil cabeças/exploração). Segue-se o Entre Douro e Minho, com 10% das explorações e 8% do efectivo alojado.

Os resultados por tipo de instalação considerada mostram que 64% do efectivo de galinhas em produção é mantido em gaiolas, sistema utilizado por 69% das explorações com instalações. Destas, a esmagadora maioria corresponde a unidades que usam o tapete rolante como sistema de remoção dos dejectos, concentrando 94% do efectivo total alojado em gaiolas.

Figura 4.52

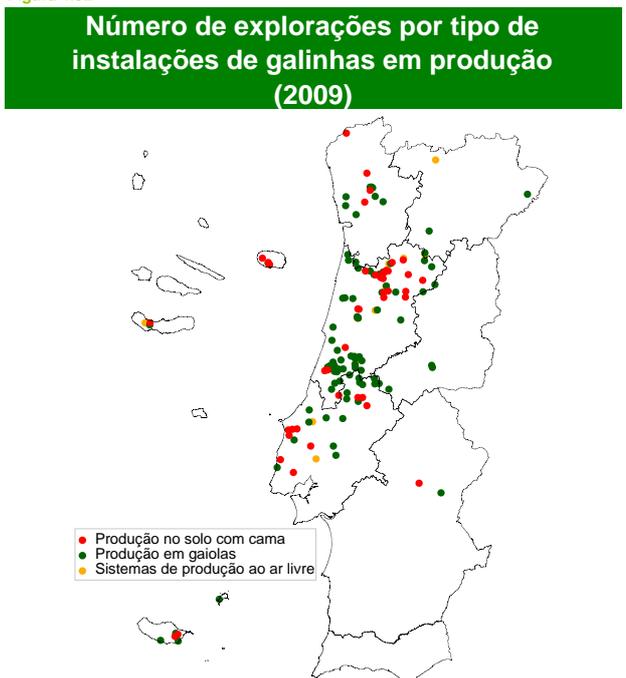
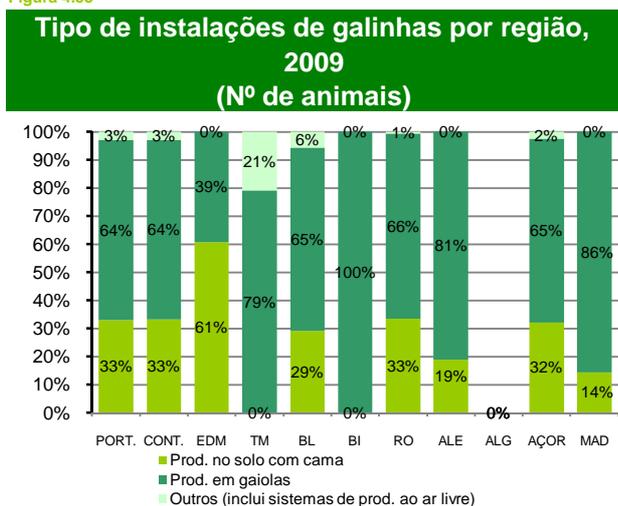


Figura 4.53



As baterias com fosso e outros sistemas de produção em gaiolas mostraram ter uma presença pouco significativa, já que no seu conjunto apenas mantêm 6% do efectivo alojado em gaiolas, correspondendo a unidades mais antigas e de menor dimensão, em que o número médio de galinhas alojadas é significativamente inferior.

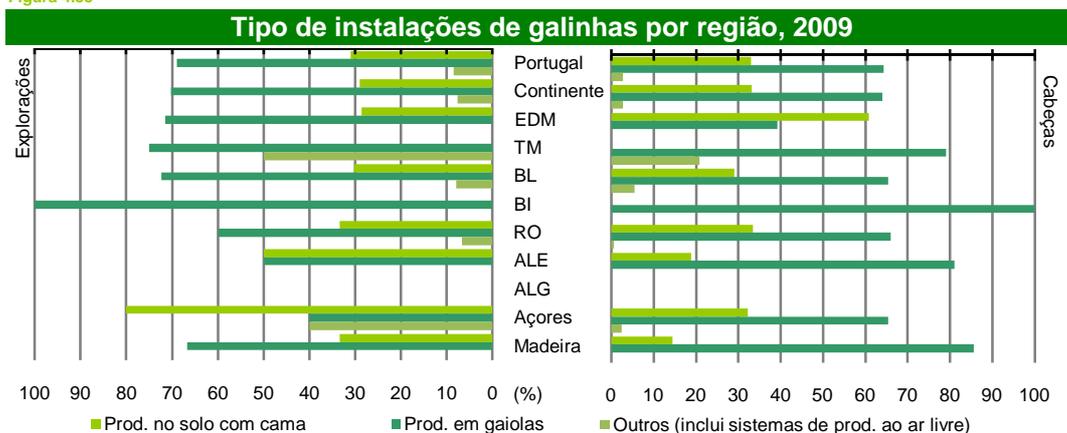
Figura 4.54



A produção no solo com cama em pavilhões aloja 33% do efectivo e é utilizada em 31% das explorações.

Este sistema tem representatividade nas regiões onde existem não só as unidades avícolas de produção de ovos para consumo, mas também as que produzem ovos destinados à incubação, que mantêm efectivos de galinhas reprodutoras, normalmente exploradas em produção no solo.

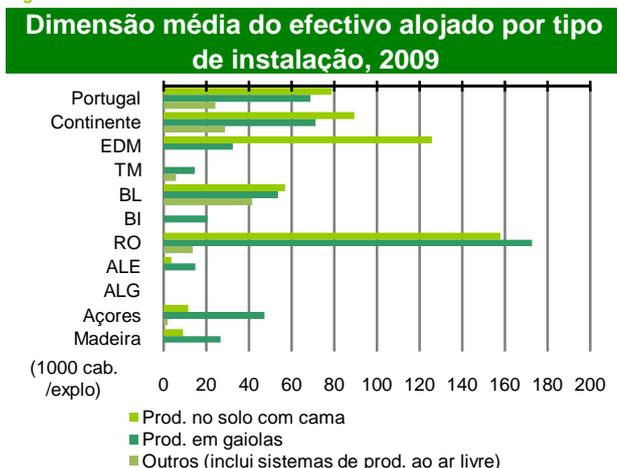
Figura 4.55



Quanto aos outros sistemas de produção, que incluem os sistemas de produção ao ar livre, estão restritos a 8% das explorações, mantendo apenas 3% do total de galinhas alojadas, tendo sido registadas ocorrências em Trás-os-Montes, Beira Litoral, Ribatejo e Oeste e Açores.

A dimensão média do efectivo alojado varia segundo o sistema de produção sendo nos outros sistemas consideravelmente inferior (cerca de 1/3) ao número médio registado na produção no solo e nas gaiolas em bateria, uma vez que inclui a produção ao ar livre em que a densidade de animais alojados é menor.

Figura 4.56



Instalações de galinhas poedeiras e reprodutoras (em produção)

Número médio de galinhas poedeiras e reprodutoras (excluindo as frangas que ainda não iniciaram a postura) alojadas, por sistema de produção, no universo das explorações agrícolas com um efectivo médio de 1 000 ou mais galinhas poedeiras ou reprodutoras.

Sistema de produção no solo com cama (em pavilhões): instalação avícola onde as aves estão alojadas no solo, sobre uma camada espessa de material de cama (palha, serradura, aparas de madeira ou outros), podendo uma parte do pavimento ser constituído por grelha. Os excrementos são normalmente removidos mecanicamente, com intervalos que podem ser de vários meses, para o exterior da instalação.

Sistema de produção em gaiolas: instalações onde as galinhas estão alojadas em gaiolas, de lotação variável, cuja disposição em bateria pode assumir diferentes formas.

Gaiolas com tapete rolante: instalação avícola onde as galinhas permanecem em gaiolas, dispostas sequencialmente em bateria, de forma permitir a remoção mecânica dos dejectos através de um tapete rolante.

Gaiolas com fosso: instalação avícola onde as galinhas permanecem em gaiolas, dispostas sequencialmente em bateria, para que os dejectos caiam para um fosso localizado sob estas, sendo em geral removidos com recurso a um rodo mecânico ou manualmente.

Outros sistemas de produção em gaiolas: outro tipo de instalações com gaiolas, não referidas anteriormente.

- Gaiolas em bateria em que os excrementos caem directamente para o chão, sem que exista um fosso a delimitar a sua zona de recolha;
- Gaiolas em bateria em que os excrementos são recolhidos em tabuleiros colocados sob estas e removidos manualmente.

Outros sistemas de produção: outro tipo de instalações não referidas anteriormente. Inclui os sistemas de produção ao ar livre.

Sistemas de produção ao ar livre: sistemas de produção avícola em que as aves têm, durante o dia, acesso contínuo a espaços exteriores às instalações, permanecendo ao ar livre, em áreas delimitadas.

4.7. Colmeias e cortiços povoados

As colmeias e cortiços povoados presentes em cerca de 9 mil explorações agrícolas, contabilizaram 196 mil unidades em 2009. A nível regional, assiste-se a uma maior concentração destas estruturas em Trás-os-Montes, Alentejo e Algarve, regiões que em conjunto asseguram cerca de 60% do total de colmeias e cortiços recenseados.

Em termos estruturais, é de referir que, no total de unidades, 91% são colmeias, com os cortiços a apresentar uma expressão reduzida a nível nacional, se bem que assumindo ainda algum significado na Beira Interior, onde representam 29% do total regional.

Figura 4.57

Colmeias e cortiços povoados, por região (2009)

Regiões	Total de Colmeias e Cortiços				Colmeias			
	Nº Expl.	(%)	Nº	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº	(%)
Portugal	8 805	100	195 596	100	8 203	100	177 370	100
Continente	8 569	97	192 526	98	7 969	97	174 322	98
EDM	2 019	23	16 532	8	1 929	24	14 886	8
TM	1 160	13	38 885	20	1 134	14	37 702	21
BL	2 281	26	25 530	13	2 202	27	22 240	13
BI	1 600	18	27 387	14	1 307	16	19 349	11
RO	509	6	8 852	5	474	6	7 608	4
ALE	623	7	39 761	20	594	7	37 796	21
ALG	377	4	35 579	18	329	4	34 741	20
Açores	116	1	1 921	1	114	1	1 899	1
Madeira	120	1	1 149	1	120	1	1 149	1

Colmeias e cortiços: número de colónias de abelhas, consoante a natureza do seu abrigo (colmeias e cortiços), destinadas à produção de mel. Exclui as colónias dirigidas para a obtenção exclusiva de outros produtos: rainhas, própolis, pólen, cera, geleia real e veneno.

Colmeia: abrigo feito especialmente para alojar uma colónia de abelhas, visando a exploração económica.

Cortiço: abrigo de cortiça, geralmente em formato cilíndrico, feito especialmente para alojar uma colónia abelhas, visando a exploração económica.

Sabia que:

- Ponta Delgada tem o maior efectivo de vacas leiteiras e Montemor-o-Novo o maior número de vacas aleitantes;
- No Cartaxo a dimensão média do efectivo suíno por exploração é de 6983 cabeças;
- Castelo Branco tem cerca de 10% do efectivo ovino leiteiro existente em Portugal;
- Metade das explorações no município da Sertã têm caprinos;
- Oliveira de Frades concentra o maior número de frangos de carne do país e Oliveira do Hospital o maior número de coelhos;
- Em Chaves uma em cada 5 explorações tem efectivo asinino;
- É em Monchique que existe o maior número de colmeias e cortiços em explorações agrícolas;
- Barcelos é, devido à importância do sector leiteiro, o município com maior número de bovinos estabulados, cerca de 10% do total do país;
- Cerca de 1/4 das explorações com instalações de suínos estão localizadas em Leiria e Alcobaça;
- Ferreira do Zêzere e Leiria contabilizam 24% do total de galinhas poedeiras e reprodutoras alojadas.



Máquinas agrícolas

5. MÁQUINAS AGRÍCOLAS

5.1. Tractores

Figura 5.1

Utilização de tractores, por região (2009)						
Regiões	Explorações que utilizam tractor					
	Nº	(%)	No total das Explorações		% que utiliza tractor próprio	% que utiliza tractor não pertencente à exploração
			(%)	Variação (1999-2009) %		
Portugal	249 562	100	82	2	58	52
Continente	241 363	97	87	3	59	51
EDM	46 979	19	96	2	55	66
TM	51 048	20	83	5	51	53
BL	45 099	18	91	3	67	44
BI	30 114	12	89	8	57	49
RO	33 396	13	84	1	69	39
ALE	24 285	10	76	-1	59	46
ALG	10 442	4	84	7	60	46
Açores	7 839	3	58	-2	35	86
Madeira	360	0	3	1	57	43

Em 2009, 82% das explorações em Portugal utilizavam tractores no desempenho da sua actividade agrícola, mais 2 p.p. do que em 1999. É no Entre Douro e Minho e na Beira Litoral que a utilização do tractor abrange maior número de explorações (mais de 90%), enquanto nas Regiões Autónomas essa utilização se revela menos frequente, sendo que na Madeira apenas 3% das explorações recorrem ao tractor na sua prática agrícola. De referir ainda que nos Açores 42% das explorações agrícolas não utilizam tractor. De facto

as unidades produtivas que apresentam outros sistemas de produção que não os pecuários, apresentam uma dimensão reduzida, não se justificando a sua utilização.

Comparativamente a 1999 (com excepção do Alentejo e dos Açores) todas as restantes regiões viram reforçado o grau de mecanização das explorações agrícolas através do aumento da representatividade das unidades produtivas que utilizam tractor, tendo este crescimento sido mais expressivo na Beira Interior, Algarve e em Trás-os-Montes.

Figura 5.2

Tractores nas explorações, por região (2009)								
Regiões	Explorações com tractor próprio				Tractores		Tractores por 100 ha de SAU	
	Nº	(%)	No total das Explorações		Nº	(%)	Nº	Variação (1999-2009) %
			(%)	Variação (1999-2009) %				
Portugal	145 583	100	48	15	184 471	100	5	15
Continente	142 605	98	51	16	180 496	98	5	15
EDM	25 732	18	52	18	33 264	18	16	15
TM	25 885	18	42	15	30 027	16	7	50
BL	30 385	21	61	22	35 567	19	28	35
BI	17 051	12	51	19	19 565	11	6	43
RO	23 000	16	58	18	31 914	17	8	9
ALE	14 258	10	45	9	22 716	12	1	9
ALG	6 294	4	51	13	7 443	4	8	4
Açores	2 773	2	20	9	3 750	2	3	44
Madeira	205	0	2	1	225	0	4	103

Nos últimos dez anos, o parque de máquinas das explorações agrícolas foi reforçado em cerca de 16 mil tractores, dos quais mais de metade (8 866 unidades) foram adquiridos por produtores de Trás-os-Montes. Esta situação deve-se à conjugação de vários factores, entre os quais a diminuição da mão-de-obra disponível (mesmo a familiar) e ao aumento do custo da mesma, e a existência de apoios comunitários vocacionados para as pequenas explorações agrícolas, que maioritariamente foram conduzidos para a mecanização, permitindo projectos que incluíram a aquisição de tractores agrícolas.

De referir que, não obstante as regiões da Beira Litoral, Ribatejo e Oeste e Algarve apresentarem um maior grau de mecanização, este deve-se essencialmente ao decréscimo verificado no número de explorações, uma vez que o número de tractores nestas regiões, face a 1999, até decresceu.

Desta forma, em 2009, 48 em cada 100 explorações possuíam tractor próprio, mais 15 do que em 1999. Esta evolução resulta do aumento efectivo do número de tractores (+9,5%), conjugado com o desaparecimento das explorações.

Figura 5.3

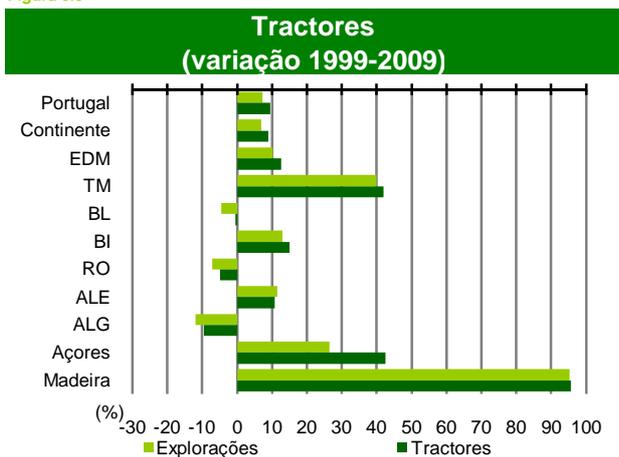
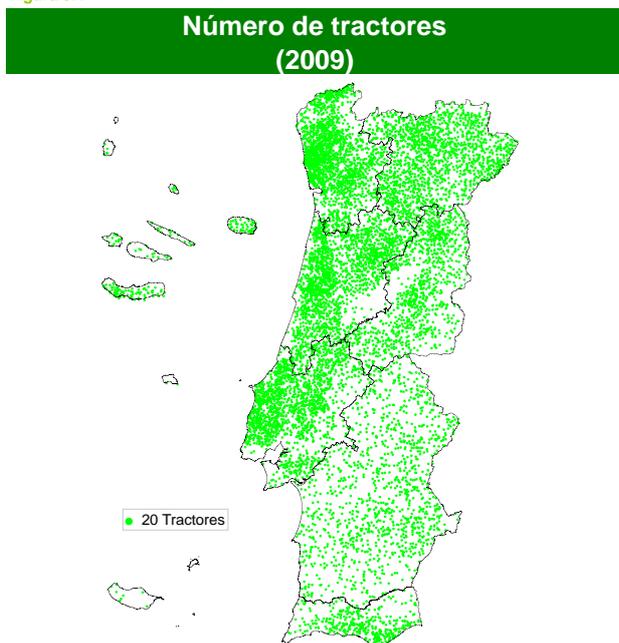


Figura 5.4

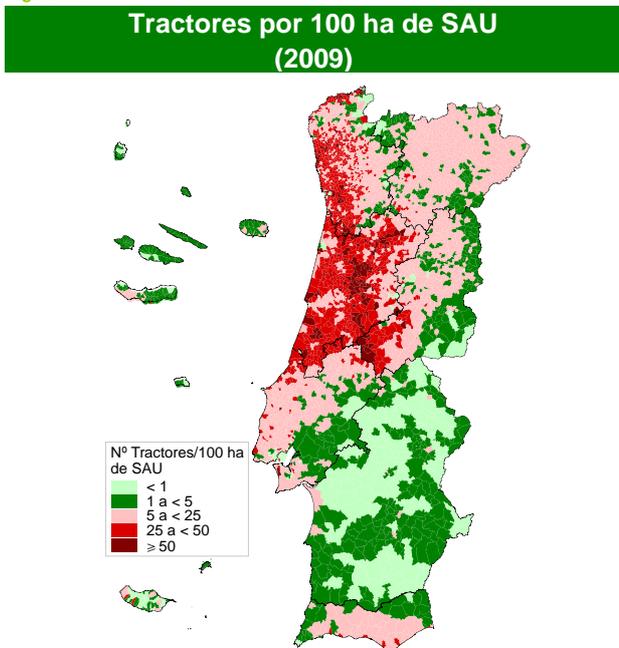


O aumento da percentagem de explorações com tractor próprio na década em análise foi generalizado. No Continente, em todas as regiões, com excepção de Trás-os-Montes e Alentejo, mais de 50% das explorações possuem tractor. É na Beira Litoral que este indicador atinge o valor máximo (61% das explorações), enquanto em Trás-os-Montes esta percentagem é de 42%.

A utilização de tratores próprios nas Regiões Autónomas, embora tenha aumentado no período em análise tanto nos Açores (de 11% para 20%) como na Madeira (de 1% para 2%), é consideravelmente mais baixa do que no Continente, o que se justifica pelo sistema de agricultura praticado, morfologia do terreno e estrutura fundiária.

No que diz respeito ao indicador das condições de mecanização “número de tratores por 100 hectares de SAU”, observou-se um aumento tendo passado de 4 unidades em 1999 para 5 em 2009. Este indicador está intrinsecamente ligado à estrutura fundiária e aos sistemas produtivos praticados, atingindo na Beira Litoral o valor mais elevado, 28 tratores por 100 hectares de SAU, em contraste com o Alentejo que regista apenas 1 tractor para igual superfície.

Figura 5.5



Da mesma forma, a natureza jurídica da exploração constitui um factor de diferenciação das condições de mecanização: a realidade específica das sociedades resulta numa utilização dos tratores mais eficiente, dado que para explorar 100 hectares de SAU, apenas é necessário 1 tractor, enquanto, em média, para o total das explorações são necessários 5 tratores.

Figura 5.6

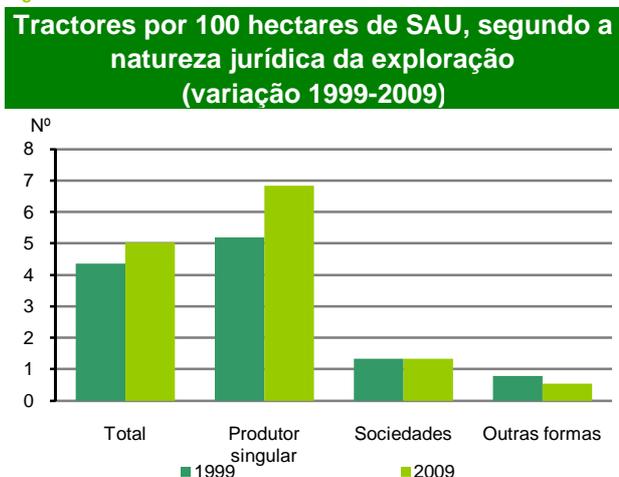
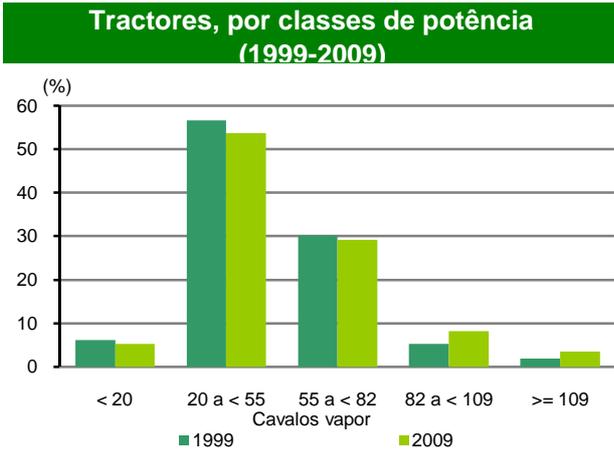
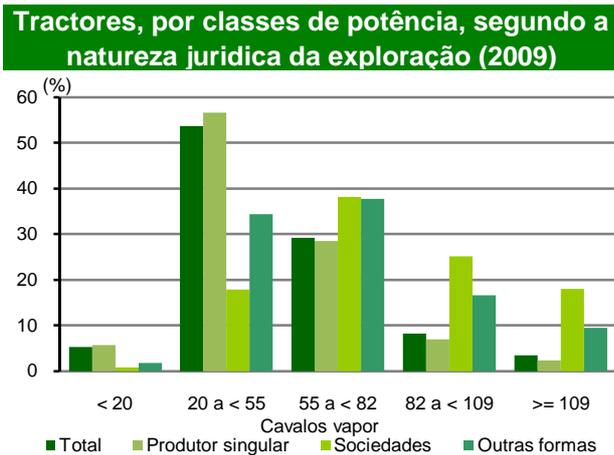


Figura 5.7



Na década em análise assistiu-se também ao aumento da potência instalada, com um maior número de veículos com potência superior a 82 cavalos vapor (de 7% do total de tractores em 1999 para 12% em 2009), tendo os tractores com menos de 55 cavalos vapor diminuído a sua importância relativa (de 63% em 1999, para 59% em 2009).

Figura 5.8



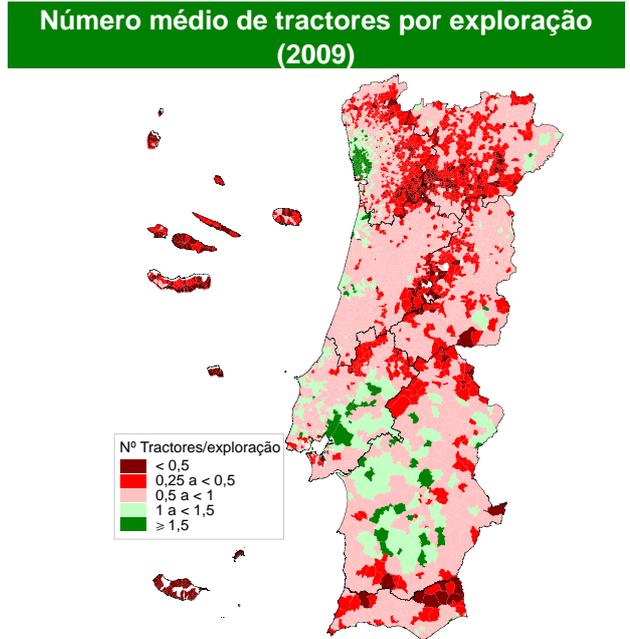
A potência utilizada está relacionada com o tipo de gestão praticada. De facto, a análise das unidades agrícolas com a natureza jurídica de “sociedade” revela que os tractores com potência superior a 82 cavalos vapor representam 43% do total de veículos utilizados.

O número médio de tractores por exploração em 2009 foi de 0,6 tractores por exploração, o que significa que 6 em cada 10 explorações possuía tractor.

Este indicador está directamente relacionado com a dimensão unitária da SAU, sendo que a sua distribuição regional reflecte de uma forma geral a estrutura fundiária das explorações.

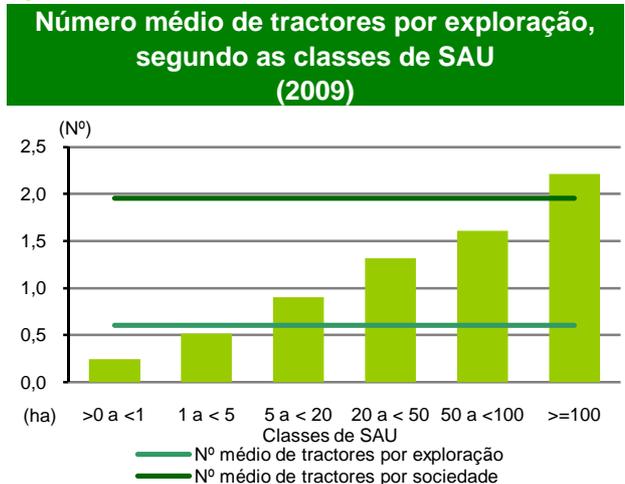
Há excepções, como é o caso das explorações especializadas em bovinos leiteiros no Entre Douro e Minho e Beira Litoral, que apesar da sua pequena dimensão em termos de SAU, têm um maneio específico que habitualmente requer a utilização de um maior número de tractores.

Figura 5.9



Nas explorações com menos de 1 hectare, apenas duas em cada 10 explorações possuem tractor, aumentando para 5 quando se consideram as explorações entre 1 e 5 hectares. Somente as explorações com mais de 20 hectares possuem, em média, mais do que 1 tractor por exploração, ultrapassando as 2 unidades nas explorações com mais de 100 hectares.

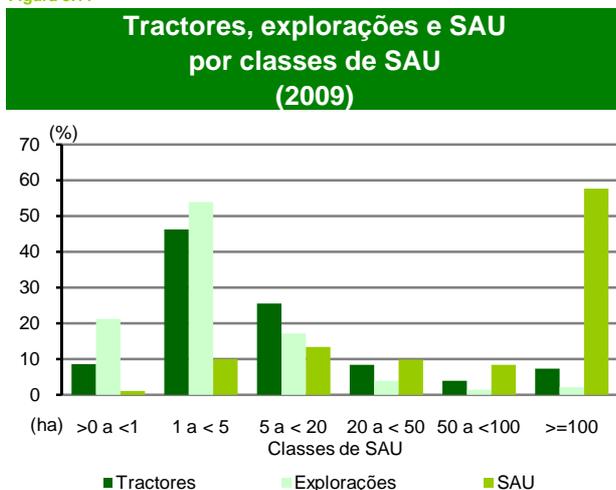
Figura 5.10



Tendo em conta o critério da natureza jurídica da exploração, observa-se que no caso das sociedades, o número médio quase atinge os 2 tractores por exploração (1,96), mais do triplo da média nacional.

A repartição dos tractores e das explorações por classes de SAU, indica que 7% destes veículos motrizes são propriedade de 2% das explorações que detêm 58% da SAU e se caracterizam por possuírem 100 ou mais hectares de SAU.

Figura 5.11



A distribuição das explorações por classes de número de tractores não regista grandes alterações. A maioria das explorações (83%) tem apenas um tractor; 12% são explorações com 2 tractores, sendo as que têm mais de 3 tractores (cerca de 3 mil) pouco representativas no total das unidades agrícolas com tractor (2,1%).

Figura 5.12

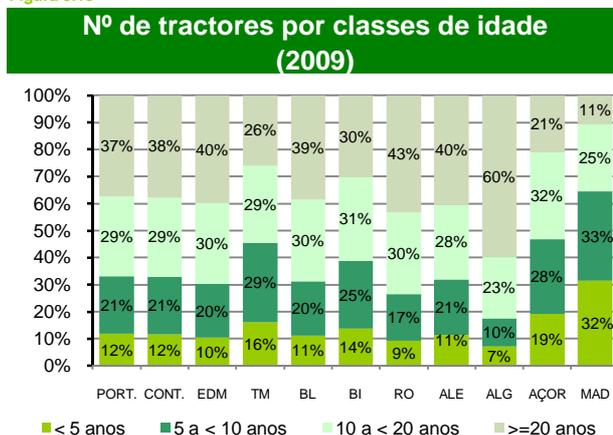
Explorações com tractor, por classes de número de tractores (1999-2009)

Unidade: (%)

Anos	Classes de nº de tractores				
	1	2	3	4 e 5	>=6
1999	84,3	11,0	2,9	1,3	0,5
2009	82,8	11,9	3,2	1,6	0,4

No que diz respeito à idade dos tractores, na distribuição por classes etárias observada em 2009, apenas 12% tinham menos de 5 anos e 37% eram máquinas com 20 ou mais anos. Em termos regionais, destaca-se a Madeira como detentora do equipamento mais recente (32% de tractores com menos de 5 anos), enquanto o Algarve, onde 60% dos tractores das explorações têm 20 anos ou mais, mostrou ter o parque mais envelhecido.

Figura 5.13



5.2. Utilização de tractores não pertencentes à exploração

Figura 5.14

Utilização de tractores não pertencentes à exploração (2009)

Regiões	Nº Expl.	(%)	No total das explorações		Em relação às explorações que utilizam tractores próprios (%)
			%	Variação (1999-2009) %	
Portugal	128 801	100	42	-12	88
Continente	121 903	95	44	-12	85
EDM	31 095	24	63	-8	121
TM	27 196	21	44	-15	105
BL	19 716	15	40	-14	65
BI	14 800	11	44	-9	87
RO	13 113	10	33	-18	57
ALE	11 152	9	35	-13	78
ALG	4 831	4	39	-5	77
Açores	6 742	5	50	-6	243
Madeira	156	0	1	1	76

O recurso à utilização de tractores não pertencentes ao parque de máquinas da exploração é elevado. Em 2009 cerca de 42% das explorações utilizaram tractores alugados, emprestados ou comunitários. No entanto, esta percentagem é inferior à registada em 1999, quando 54% das unidades agrícolas recorriam a tractores externos.

No que diz respeito à utilização de tractores não pertencentes à exploração, o Entre Douro e Minho e os Açores destacam-se por recorrerem de forma significativa a esta prática. Entre outras razões, aponta-se a necessidade de nestas regiões, devido à predominância dos sistemas de produção de leite e carne de bovino, se proceder à ensilagem (corte, compactação e fermentação da forragem), operação que envolve habitualmente vários tractores a operar em simultâneo. Por outro lado há a referir ainda a pequena dimensão das explorações de Entre Douro e Minho que não justificam a manutenção de vários tractores e a renovação das pastagens nos Açores que por ocorrerem pontualmente, não justificam a presença permanente destas alfaias na exploração.

Em 2009 esta prática mostrou ter menor expressão no Ribatejo e Oeste, na Beira Litoral e na Madeira, onde a maior percentagem das unidades agrícolas que utilizam tractor tem veículo próprio.

5.3. Outras máquinas agrícolas

Ao contrário da evolução do número de tractores próprios, entre 1999 e 2009 o parque de máquinas das explorações agrícolas registou decréscimos no número de motocultivadores (-33%), motoenxadas (-10%) e motogadanheiras (-73%). Este tipo de equipamentos, de reduzida dimensão e grande polivalência, está muito associado à pequena agricultura, pelo que o desaparecimento das explorações e o emparcelamento justificam, de certo modo, a diminuição da utilização destas máquinas.

Figura 5.15

Máquinas agrícolas nas explorações (1999-2009)			
Máquinas agrícolas	1999	2009	Variação (1999-2009) (%)
	Nº		
Motocultivadores	57 106	38 285	- 33
Motoenxadas (motofresas)	24 234	21 839	- 10
Motogadanheiras	21 969	6 020	- 73
Ceifeiras debulhadoras	4 201	3 173	- 24
Máquinas de vindima	354	268	- 24
Colhedores de azeitona	792	1 208	53

Relativamente a outros equipamentos com maior especificidade, é de salientar a diminuição do número de ceifeiras debulhadoras (-24%), relacionada com a perda de importância dos cereais para grão, bem como a quebra do número das máquinas de vindima próprias (-24%), que poderá justificar-se por um maior recurso ao seu aluguer externo, uma vez que o número total de explorações que recorreu a este tipo de máquinas mais do que duplicou, relativamente ao registado em 1999. O aumento significativo dos colhedores de azeitona (+53%) é resultante da expansão e modernização da actividade olivícola em Portugal, no período em análise.

Sabia que:

- Em Vila do Conde existem mais de 2 tractores por exploração, enquanto na Madeira existe apenas um tractor em cada 60 explorações;
- O município de Barrancos utiliza apenas 0,3 tractores para 100 ha de SAU, enquanto em Mortágua são necessários, em média, 69 tractores para explorar a mesma área;
- No município de Ribeira Brava, na Madeira, apenas 0,2% das explorações agrícolas recorre à utilização de tractor;
- 50% dos tractores existentes no Funchal têm menos de 5 anos e em Faro 71% têm 20 anos ou mais;
- No município de Beja existem 168 ceifeiras debulhadoras;
- Serpa concentra o maior número de colhedores de azeitona;
- É às explorações vitícolas de Torres Vedras que pertence o maior número de máquinas de vindima.



População e mão-de-obra agrícola

6. POPULAÇÃO E MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

6.1. População e mão-de-obra agrícola familiar

6.1.1. Caracterização da população agrícola familiar

Figura 6.1

População agrícola familiar e população residente, por região (2009)						
Regiões	Estimativas da população residente (2009)		População agrícola familiar			
	Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)	Variação (1999-2009) (%)	Na população residente (%)
Portugal	10 637 715	100	793 169	100	-36	7
Continente	10 144 942	95	709 928	90	-37	7
EDM	3 324 723	31	150 588	19	-39	5
TM	420 854	4	151 529	19	-23	36
BL	1 426 927	13	134 174	17	-46	9
BI	357 324	3	78 470	10	-36	22
RO	3 677 584	35	96 111	12	-44	3
ALE	503 507	5	69 849	9	-24	14
ALG	434 023	4	29 207	4	-39	7
Açores	245 374	2	42 481	5	-38	17
Madeira	247 399	2	40 760	5	-8	16

Em 2009 a população agrícola familiar, formada pelo produtor agrícola e pelos membros do seu agregado doméstico, quer tenham trabalhado ou não na exploração, era constituída por 793 mil indivíduos, representando cerca de 7% da população residente em Portugal.

Nos dez anos em análise verificou-se um decréscimo de 36% na população agrícola familiar, determinado pelo desaparecimento das explorações (-27%) e também pela redução da dimensão média do agregado familiar do produtor, que passou de 3,0 para 2,7 indivíduos.

Os maiores decréscimos na população agrícola ocorreram, como seria de esperar, nas regiões onde as explorações mais cessaram actividade, nomeadamente na Beira Litoral (-46%) e no Ribatejo e Oeste (-44%).

Figura 6.2

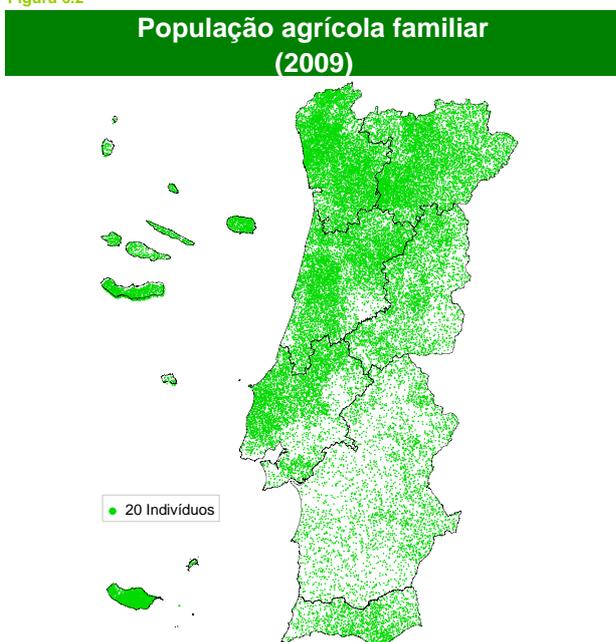
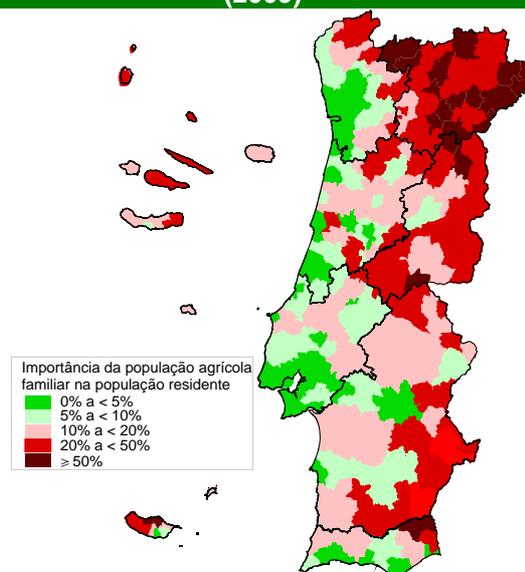


Figura 6.3

Importância da população agrícola familiar na população residente (2009)



O peso social da agricultura é maior no interior do país, representando em Trás-os-Montes 36% da população residente e na Beira Interior 22%. Em contrapartida, a população agrícola familiar tem menor expressão no Ribatejo e Oeste, onde representa apenas 3% da população residente, subindo para os 5% em Entre Douro e Minho, 7% no Algarve e 9% na Beira Litoral. Nas Regiões Autónomas a população agrícola familiar mantém um peso considerável, rondando 1/6 da população residente.

População residente: pessoas que, independentemente de no momento de observação, estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

População agrícola familiar: conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como os outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

Figura 6.4

População agrícola familiar e população residente, segundo as classes etárias, por região (variação 1999-2009)

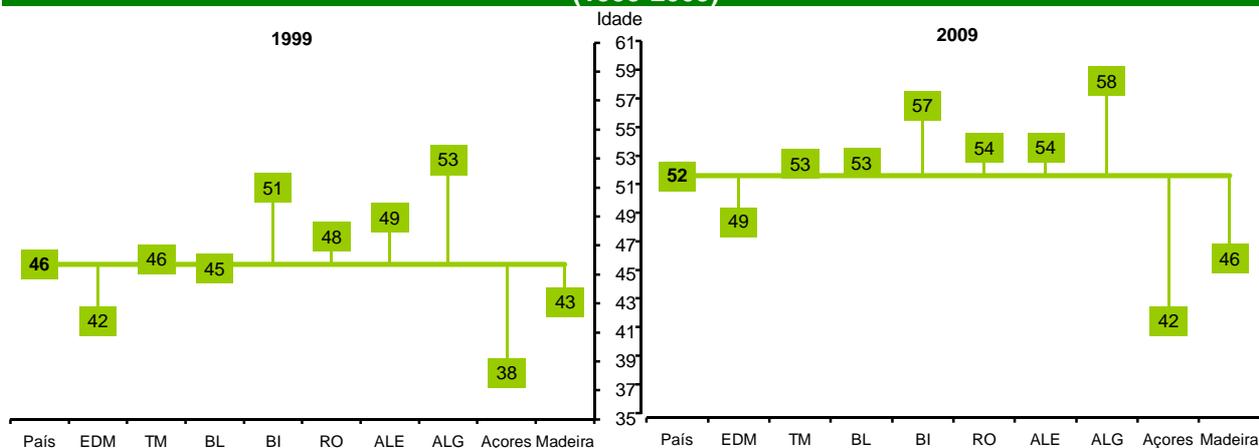
Regiões	Total		Classes etárias											
	Nº Ind.	Variação (1999-2009) (%)	< 35 anos		35 a < 45 anos		45 a < 65 anos		≥ 65 anos					
			Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)				
Estimativas da população residente (2009)														
Portugal	10 637 715	5	4 413 481	41	-6	1 600 346	15	11	2 743 148	26	15	1 880 740	18	16
População agrícola familiar														
Portugal	793 169	-36	182 572	23	-56	78 124	10	-39	270 140	34	-31	262 333	33	-12
Continente	709 928	-37	153 365	22	-58	67 103	9	-42	243 827	34	-33	245 633	35	-12
EDM	150 588	-39	43 028	29	-59	16 950	11	-37	48 113	32	-30	42 497	28	-13
TM	151 529	-23	32 026	21	-50	14 341	9	-32	53 907	36	-14	51 255	34	5
BL	134 174	-46	29 094	22	-65	11 755	9	-52	48 186	36	-43	45 139	34	-17
BI	78 470	-36	12 508	16	-59	6 289	8	-43	26 680	34	-33	32 993	42	-19
RO	96 111	-44	18 625	19	-62	8 901	9	-50	34 145	36	-43	34 440	36	-19
ALE	69 849	-24	13 960	20	-45	6 620	9	-30	23 319	33	-23	25 950	37	-2
ALG	29 207	-39	4 124	14	-61	2 247	8	-43	9 477	32	-42	13 359	46	-22
Açores	42 481	-38	16 334	38	-48	5 561	13	-39	13 771	32	-20	6 815	16	-35
Madeira	40 760	-8	12 873	32	-26	5 460	13	13	12 542	31	4	9 885	24	-2

A população rural envelheceu consideravelmente, passando a média de idades dos 46 anos em 1999 para os 52 anos em 2009. O número de indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos representa 1/3 da população, mais 9 pp. do que 1999.

Em contrapartida, as faixas etárias mais jovens perderam importância relativa, apenas 1/3 dos indivíduos têm menos de 45 anos, o que representa um decréscimo de 11 pp.

Figura 6.5

Idade média da população agrícola familiar (1999-2009)



Regionalmente o Algarve apresenta a população agrícola familiar mais envelhecida, com a idade média dos indivíduos a rondar os 58 anos. Por oposição, nos Açores a população agrícola é consideravelmente mais jovem, sendo a média de idades de 42 anos.

Figura 6.6

Estrutura etária da população agrícola familiar, por região (2009)

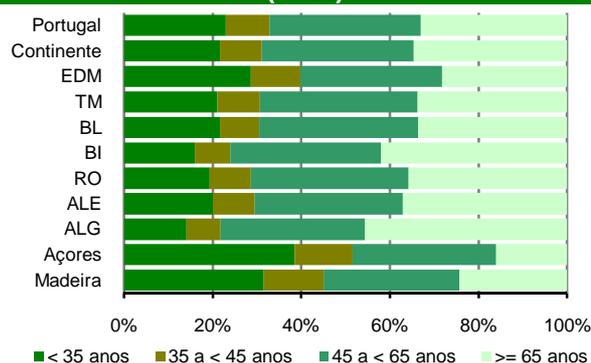


Figura 6.7

População agrícola familiar e população residente, segundo o nível de instrução, por região (variação 1999-2009)

Regiões	Total		Nível de Instrução											
			Nenhum (a)			Básico								
	Nº Ind.	Var. (1999-2009) (%)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009) (%)	1º Ciclo			2º e 3º Ciclos					
					Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009) (%)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009) (%)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009) (%)	
Estimativas da população residente (2009)														
Portugal	10 637 715	5	2 102 969	20	-24	2 863 895	27	-8	3 337 901	31	18			
População agrícola familiar														
Portugal	793 169	-36	173 336	22	-57	314 011	40	-30	184 626	23	-30			
Continente	709 928	-35	155 834	22	-58	284 175	40	-30	160 233	23	-32			
EDM	150 588	-39	36 371	24	-57	55 248	37	-33	38 455	26	-38			
TM	151 529	-23	32 760	22	-50	60 480	40	-14	33 303	22	-17			
BL	134 174	-46	28 879	22	-62	57 050	43	-39	29 730	22	-43			
BI	78 470	-36	18 373	23	-59	32 642	42	-27	15 314	20	-26			
RO	96 111	-44	17 504	18	-66	42 216	44	-36	21 816	23	-38			
ALE	69 849	-24	14 842	21	-50	24 751	35	-20	15 839	23	-12			
ALG	29 207	-39	7 105	24	-58	11 788	40	-34	5 776	20	-28			
Açores	42 481	-38	6 685	16	-63	15 883	37	-37	14 362	34	-26			
Madeira	40 760	-8	10 817	27	-34	13 953	34	-7	10 031	25	8			

Regiões	Nível de Instrução											
	Secundário / pós-secundário						Superior					
	Agricultura / Florestal			Não Agrícola			Agricultura / Florestal			Não Agrícola		
	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009) (%)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009) (%)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009) (%)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009) (%)
Estimativas da população residente (2009)												
Portugal	-	-	-	1 324 717 (b)	12	44	-	-	-	1 008 233 (c)	9	85
População agrícola familiar												
Portugal	2 208	0	-50	67 086	8	-7	4 354	1	-11	47 548	6	20
Continente	2 109	0	-51	59 560	8	-8	4 177	1	-12	43 840	6	17
EDM	345	0	-58	11 612	8	3	531	0	-5	8 026	5	22
TM	335	0	-58	12 705	8	8	781	1	1	11 165	7	49
BL	179	0	-71	10 977	8	-25	383	0	-29	6 976	5	-6
BI	201	0	-50	6 400	8	0	416	1	-13	5 124	7	15
RO	422	0	-50	8 316	9	-27	689	1	-27	5 148	5	-5
ALE	591	1	-19	6 998	10	9	1 227	2	0	5 601	8	28
ALG	36	0	-72	2 552	9	-19	150	1	-29	1 800	6	13
Açores	70	0	-13	3 759	9	-9	132	0	-22	1 590	4	13
Madeira	29	0	142	3 767	9	41	45	0	165	2 118	5	104

(a) contempla indivíduos com idade inferior a 10 anos

(b) o nível de instrução Secundário não se encontra desagregado em Agricultura/Florestal e Não Agrícola

(c) o nível de instrução Superior não se encontra desagregado em Agricultura/Florestal e Não Agrícola

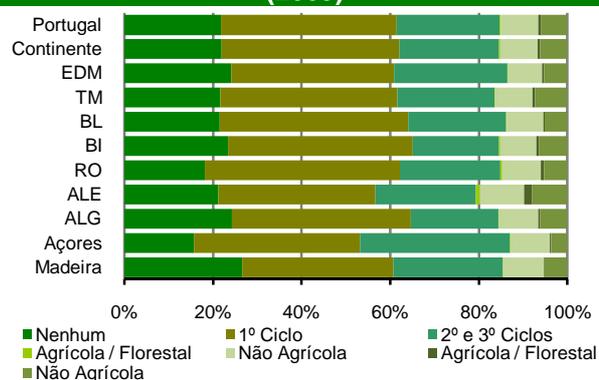
O nível de instrução da população agrícola familiar continua a ser deficitário, uma vez que 40% dos indivíduos apenas frequentaram o 1º ciclo e 22% não possuem qualquer nível de instrução. Apesar destes indicadores, registaram-se melhorias significativas, pois a taxa de analfabetismo baixou 7 pp. e a frequência do ensino secundário e superior aumentou 3 pp.

Regionalmente não se observam grandes diferenças no nível de instrução da população agrícola familiar, destacando-se apenas os Açores por apresentarem, associada à maior juventude, a melhor taxa de alfabetização, pois apenas 16% dos indivíduos não possuem nenhum nível de instrução. A Madeira, ainda com baixa taxa de frequência escolar, registou grandes melhorias.

A população agrícola familiar é mais velha e menos instruída do que a população residente em geral. De facto, em Portugal 18% dos indivíduos têm 65 ou mais anos, enquanto no meio rural essa percentagem sobe para os 33%. Por oposição, 41% dos indivíduos têm menos de 35 anos, descendo para 23% quando se considera apenas a população agrícola.

Figura 6.8

Estrutura do nível de instrução da população agrícola familiar, por região (2009)



O nível de instrução está obviamente muito relacionado com a idade, sendo também por esse motivo mais deficitário na população agrícola, como se comprova pela menor frequência escolar dos níveis de instrução superiores.

6.1.2. Caracterização do produtor agrícola singular

Figura 6.9

Produtor agrícola singular, segundo o género e as classes etárias, por região (variação 1999-2009)																	
Regiões	Total		Mulheres			Classes etárias											
	Nº Ind.	Var. (1999- 2009) (%)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999- 2009) (%)	< 35 anos		35 a < 45 anos		45 a < 65 anos		>= 65 anos					
						Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999- 2009) (%)	
Portugal	297 381	-27	92 870	31	-2	6 845	2	-60	22 961	8	-51	125 658	42	-34	141 917	48	-8
Continente	270 507	-28	84 313	31	-3	5 327	2	-62	19 076	7	-54	112 932	42	-36	133 172	49	-7
EDM	47 933	-28	21 200	44	-7	1 170	2	-62	4 363	9	-51	22 236	46	-32	20 164	42	-8
TM	60 979	-12	20 524	34	29	1 394	2	-52	4 677	8	-44	26 056	43	-18	28 852	47	10
BL	48 761	-38	16 187	33	-18	540	1	-78	2 882	6	-68	22 363	46	-46	22 976	47	-12
BI	33 324	-30	9 901	30	-5	448	1	-61	1 647	5	-61	12 050	36	-39	19 179	58	-16
RO	38 065	-36	6 930	18	-19	808	2	-68	2 662	7	-56	15 369	40	-46	19 226	51	-15
ALE	29 292	-15	6 544	22	12	818	3	-48	2 332	8	-35	10 956	37	-24	15 186	52	2
ALG	12 153	-35	3 027	25	-10	149	1	-64	513	4	-57	3 902	32	-49	7 589	62	-19
Açores	13 360	-30	2 161	16	-11	1 085	8	-52	2 265	17	-42	6 797	51	-17	3 213	24	-31
Madeira	13 514	-5	6 396	47	7	433	3	-27	1 620	12	11	5 929	44	-3	5 532	41	-9

Os produtores agrícolas continuam a ser maioritariamente homens, embora as mulheres já representem cerca de 1/3, mais 8 pp. do que 1999. Regionalmente a importância das mulheres produtoras agrícolas é muito distinta, variando entre os 16% nos Açores e os 47% na Madeira.

A média de idades dos produtores agrícolas ronda os 63 anos, mais 11 anos do que a da população agrícola em geral. A análise da estrutura etária dos produtores agrícolas revela que apenas 2% têm menos de 35 anos e quase metade (48%) ultrapassam os 65 anos.

Figura 6.10

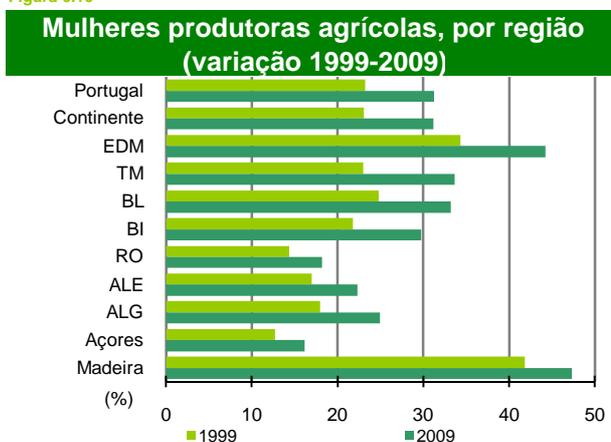
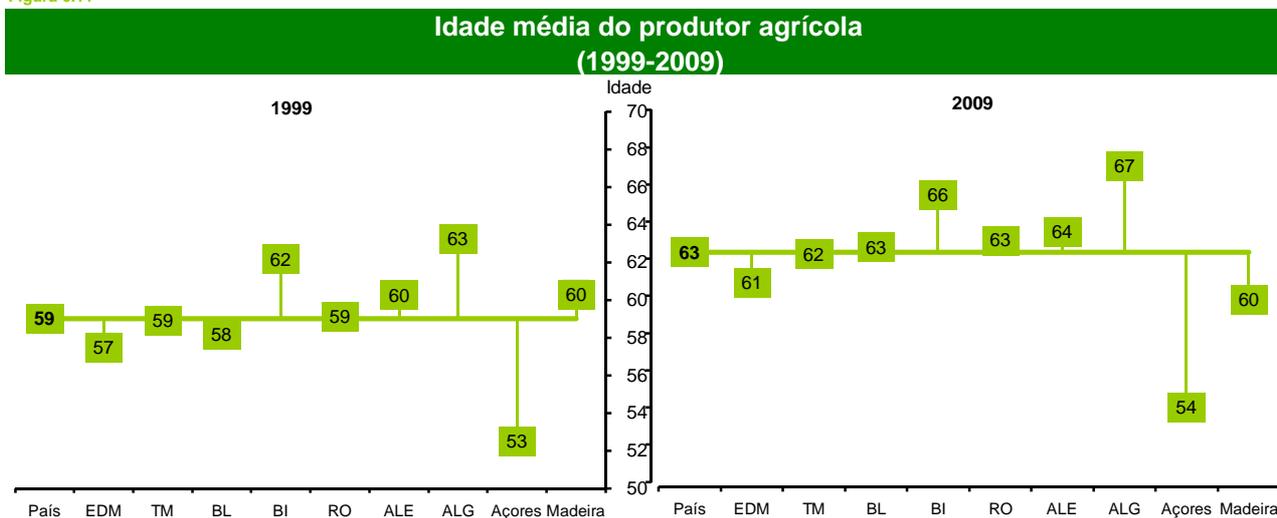


Figura 6.11



Desde 1999 os produtores agrícolas envelheceram em média 4 anos, verificando-se um aumento da importância relativa das faixas etárias mais idosas, com os produtores com 65 ou mais anos a aumentarem 10 pp.

Com exceção da Madeira, a tendência para o envelhecimento dos produtores agrícolas é generalizada, sendo mais acentuada na Beira Litoral.

Produtor agrícola: responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

Produtor singular: produtor agrícola enquanto pessoa física, englobando o produtor autónomo e o produtor empresário. Excluem-se as entidades colectivas tais como: sociedades, cooperativas, Estado, etc.

Figura 6.12

Produtor agrícola singular, segundo o nível de instrução, por região (variação 1999-2009)

Regiões	Total		Nível de Instrução											
			Nenhum			Básico								
	Nº Ind.	Var. (1999-2009)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009)	1º Ciclo		2º e 3º Ciclos						
					Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009)			Var. (1999-2009)	
Portugal	297 381	-27	65 691	22	-53	155 844	52	-25	50 312	17	23			
Continente	270 507	-26	60 040	22	-54	142 218	53	-26	44 550	16	22			
EDM	47 933	-28	12 184	25	-52	24 918	52	-25	7 674	16	36			
TM	60 979	-12	13 661	22	-44	30 871	51	-9	10 292	17	46			
BL	48 761	-38	9 803	20	-59	28 580	59	-37	7 696	16	5			
BI	33 324	-30	8 441	25	-55	17 311	52	-25	4 675	14	19			
RO	38 065	-36	6 280	16	-65	21 584	57	-33	6 985	18	3			
ALE	29 292	-15	6 386	22	-45	12 994	44	-15	5 454	19	29			
ALG	12 153	-35	3 285	27	-55	5 960	49	-31	1 774	15	8			
Açores	13 360	-30	1 434	11	-67	7 198	54	-31	3 739	28	13			
Madeira	13 514	-5	4 217	31	-39	6 428	48	4	2 023	15	126			

Regiões	Nível de Instrução											
	Secundário / pós-secundário						Superior					
	Agrícola / Florestal			Não Agrícola			Agrícola / Florestal			Não Agrícola		
	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009)	Nº Ind.	(%)	Var. (1999-2009)
Portugal	849	0	-6	11 597	4	44	2 089	1	6	10 999	4	31
Continente	816	0	-8	10 545	4	44	2 006	1	7	10 332	4	29
EDM	84	0	-17	1 350	3	45	210	0	29	1 513	3	23
TM	163	0	-9	2 544	4	95	380	1	31	3 068	5	57
BL	47	0	-36	1 357	3	29	151	0	-6	1 127	2	10
BI	65	0	-21	1 288	4	53	193	1	12	1 351	4	27
RO	157	0	-18	1 658	4	9	345	1	-11	1 056	3	-3
ALE	277	1	27	1 781	6	55	652	2	7	1 748	6	44
ALG	23	0	-45	567	5	5	75	1	-22	469	4	13
Açores	23	0	130	589	4	12	60	0	-35	317	2	-2
Madeira	10	0	233	463	3	189	23	0	188	350	3	272

Tal como acontece com a população agrícola familiar, também o nível de instrução do produtor é baixo, existindo 22% de indivíduos sem qualquer nível de instrução, sendo que a maioria somente possui o 1º ciclo. Em contrapartida, só 8% dos produtores agrícolas completaram o ensino secundário ou pós secundário e destes apenas metade concluíram o ensino superior.

Contudo, na última década verificou-se um progresso, pois o número de produtores sem qualquer nível de instrução decresceu significativamente, enquanto o número de indivíduos com habilitações literárias aumentou a sua importância relativa em função do maior grau de instrução.

Figura 6.13

Produtor agrícola singular, segundo as classes etárias, por nível de instrução (2009)

Sexo e nível de instrução	Total		Classes etárias											
			< 35 anos			35 a < 45 anos			45 a < 65 anos			≥ 65 anos		
	Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)	No total (%)	Nº Ind.	(%)	No total (%)	Nº Ind.	(%)	No total (%)	Nº Ind.	(%)	No total (%)
Total	297 381	100	6 845	100	2	22 961	100	8	125 658	100	42	141 917	100	48
Homens	204 511	69	4 946	72	2	15 258	66	7	83 207	66	41	101 100	71	49
Mulheres	92 870	31	1 899	28	2	7 703	34	8	42 451	34	46	40 817	29	44
Nível de instrução														
Nenhum	65 691	22	79	1	0	591	3	1	9 635	8	15	55 386	39	84
Básico	206 156	69	4 358	64	2	18 058	79	9	103 197	82	50	80 543	57	39
Secundário/Pós-secundário	12 446	4	1 427	21	11	2 458	11	20	6 301	5	51	2 260	2	18
Superior	13 088	4	981	14	7	1 854	8	14	6 525	5	50	3 728	3	28

Nos produtores com menos de 35 anos praticamente não existe analfabetismo e mais de 1/3 completaram o ensino secundário ou superior. Em contrapartida, o

analfabetismo nos produtores com mais de 65 anos é uma realidade ainda muito presente, sendo muito pouco expressivo o número de indivíduos com formação superior.

6.1.3. Tempo de actividade agrícola

Figura 6.14

População agrícola familiar, por classes de tempo de actividade na exploração (2009)											
Tempo de actividade na exploração	Total		Produtor			Cônjuge			Outros membros		
	Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)	No total (%)	Nº Ind.	(%)	No total (%)	Nº Ind.	%	No total (%)
Total	793 169	100	297 381	100	37	228 751	100	29	267 037	100	34
Sem Actividade	135 338	17	-	-	-	26 704	12	20	108 634	41	80
Com Actividade	657 831	83	297 381	100	45	202 047	88	31	158 403	59	24
>0 a < 50%	411 759	52	151 241	51	37	126 207	55	31	134 311	50	33
50 a < 100%	144 547	18	82 994	28	57	47 137	21	33	14 416	5	10
Tempo completo	101 525	13	63 146	21	62	28 703	13	28	9 676	4	10

A população agrícola familiar que trabalha na exploração corresponde a 83% dos indivíduos, contribuindo os produtores agrícolas singulares com 45%, os seus cônjuges com 31% e os outros membros da família com 24%. Por definição, todos os produtores agrícolas têm tempo de actividade na exploração, nem que seja em tarefas de gestão. No entanto, apenas 21% dos produtores declararam trabalhar a tempo completo e mais de metade afirmaram ocupar menos de 50% do tempo de trabalho na exploração.

A maioria dos cônjuges do produtor despende menos de metade do seu tempo de trabalho na agricultura, sendo que a tempo completo apenas trabalham 13%. Relativamente aos outros membros da família, somente 4% trabalham a tempo completo, enquanto 41% não exercem qualquer actividade na exploração agrícola. De referir, no entanto, que desde 1999 a mão-de-obra agrícola familiar que trabalha a tempo completo aumentou a sua importância relativa em 4 pp.

Figura 6.15

Volume médio de trabalho da população agrícola familiar e do produtor, por região (2009)						
Regiões	Total ¹			Produtor		
	Nº Ind.	UTA	UTA/Ind.	Nº Ind.	UTA	UTA/Ind.
Portugal	793 169	294 415	0,37	297 381	160 354	0,54
Continente	709 928	272 783	0,38	270 507	147 342	0,54
EDM	150 588	70 348	0,47	47 933	34 818	0,73
TM	151 529	56 740	0,37	60 979	30 836	0,51
BL	134 174	58 888	0,44	48 761	30 561	0,63
BI	78 470	29 459	0,38	33 324	16 238	0,49
RO	96 111	31 174	0,32	38 065	18 373	0,48
ALE	69 849	17 252	0,25	29 292	11 204	0,38
ALG	29 207	8 924	0,31	12 153	5 314	0,44
Açores	42 481	9 187	0,22	13 360	6 099	0,46
Madeira	40 760	12 445	0,31	13 514	6 913	0,51

¹ Inclui todos os indivíduos da população agrícola familiar quer trabalhem ou não na exploração.

Cada indivíduo da população agrícola familiar trabalha em média 0,37 UTA, o que corresponde a cerca de 15 horas por semana. O tempo de trabalho do produtor agrícola é superior, rondando em média as 0,54 UTA, ou seja, 22 horas por semana.

O tempo de trabalho agrícola por indivíduo apresenta grandes discrepâncias regionais, originadas quer pelas diferentes necessidades de mão-de-obra dos vários sistemas produtivos quer pela variabilidade da dimensão das explorações, sendo a eficiência do trabalho manifestamente superior nas maiores explorações.

Desta forma, a mão-de-obra agrícola familiar regista uma maior actividade em Entre Douro e Minho, onde cada indivíduo trabalha em média 0,47 UTA, seguindo-se a Beira Litoral com 0,44 UTA. De facto, estas regiões aliam à predominância da pequena dimensão sistemas produtivos muito exigentes em mão-de-obra, como sejam a pecuária intensiva, a viticultura, etc.

Unidade de Trabalho Ano (UTA): unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).

6.1.4. Actividade remunerada exterior à exploração

Figura 6.16

População agrícola familiar com actividade remunerada exterior à exploração, por região (2009)

Regiões	Total			Produtor			Cónjuge			Outros membros		
	Nº total Ind.	Nº Ind. com actividade exterior	(%)	Nº total Ind.	Nº Ind. com actividade exterior	(%)	Nº total Ind.	Nº Ind. com actividade exterior	(%)	Nº total Ind.	Nº Ind. com actividade exterior	(%)
Portugal	793 169	234 949	30	297 381	76 756	26	228 751	62 572	27	267 037	95 621	36
Continente	709 928	206 562	29	270 507	67 384	25	208 981	55 353	26	230 440	83 825	36
EDM	150 588	44 059	29	47 933	9 471	20	37 955	10 097	27	64 700	24 491	38
TM	151 529	40 592	27	60 979	15 775	26	45 367	11 972	26	45 183	12 845	28
BL	134 174	40 393	30	48 761	12 386	25	40 944	10 931	27	44 469	17 076	38
BI	78 470	22 336	28	33 324	7 688	23	24 691	6 191	25	20 455	8 457	41
RO	96 111	29 459	31	38 065	10 780	28	30 181	7 642	25	27 865	11 037	40
ALE	69 849	21 324	31	29 292	8 405	29	21 103	6 451	31	19 454	6 468	33
ALG	29 207	8 399	29	12 153	2 879	24	8 740	2 069	24	8 314	3 451	42
Açores	42 481	13 832	33	13 360	4 951	37	10 771	3 878	36	18 350	5 003	27
Madeira	40 760	14 555	36	13 514	4 421	33	8 999	3 341	37	18 247	6 793	37

Para complementarem o rendimento da actividade agrícola da exploração, quase 1/3 dos indivíduos exercem outra actividade remunerada não relacionada com a exploração, quer como trabalhadores por conta de outrem, quer como empresários. Apesar de não existir uma grande variabilidade regional, existe um conjunto de motivações de âmbito local, como sejam a dinâmica sócio-económica, as alternativas à actividade agrícola, o empreendedorismo, o tipo de produção, a dimensão média e a respectiva viabilidade económica das explorações, etc., que certamente influenciam a

existência de outras actividades remuneradas complementares ao rendimento agrícola. Desta forma, é no interior do país, mais concretamente em Trás-os-Montes e na Beira Interior, onde as alternativas profissionais e empresariais são mais escassas, que as actividades remuneradas exteriores à exploração assumem menor expressão. Por outro lado, a reduzida dimensão das explorações na Madeira obriga a que uma maior percentagem da população agrícola procure complementar o seu rendimento com outras actividades não relacionadas com a exploração.

6.1.5. Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor

Figura 6.17

Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor, por região (2009)

Regiões	Exclusivamente da actividade da exploração		Principalmente da actividade da exploração		Principalmente de origem exterior à exploração	
	Nº Expl.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Expl.	(%)
Portugal	17 221	6	31 602	11	248 558	84
Continente	15 132	6	27 455	10	227 920	84
EDM	2 631	5	5 671	12	39 631	83
TM	4 276	7	6 820	11	49 883	82
BL	2 060	4	4 383	9	42 318	87
BI	1 256	4	2 021	6	30 047	90
RO	2 683	7	3 368	9	32 014	84
ALE	1 777	6	4 122	14	23 393	80
ALG	449	4	1 070	9	10 634	88
Açores	1 588	12	2 333	17	9 439	71
Madeira	501	4	1 814	13	11 199	83

A análise da origem do rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola singular revela que apenas 6% declararam obter os seus rendimentos exclusivamente da actividade da exploração agrícola. Por oposição, em 84% dos agregados domésticos do produtor o rendimento provém maioritariamente de origem exterior à exploração, sendo apontada como principal fonte as pensões e reformas, seguindo-se os salários dos sectores terciário e secundário.

Regionalmente observam-se diferenças, registando-se nos Açores a maior percentagem de agregados que obtêm os rendimentos exclusivamente da exploração agrícola (12%), em contraste com a Madeira, onde a sua importância não ultrapassa os 4%.

Figura 6.18

Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor exterior à exploração¹ (2009)

Origem do rendimento exterior à exploração	Exclusivamente da exploração		Principalmente da exploração		Principalmente de origem exterior		Total (%)
	Nº Expl.	(%)	Nº Expl.	(%)	Nº Expl.	(%)	
Exploração Agrícola	17 221	6	31 602	11	248 558	84	100
Salários do sector primário	-	-	2 368	1	15 161	5	6
Salários do sector secundário	-	-	4 177	1	36 273	12	14
Salários do sector terciário	-	-	6 683	2	58 482	20	22
Actividade empresarial	-	-	1 824	1	19 664	7	7
Pensões e reformas	-	-	18 126	6	171 161	58	64
Outras origens	-	-	2 465	1	14 260	5	6

¹ Cada agregado doméstico do produtor pode ter várias origens do rendimento exterior à exploração

Quase 2/3 dos agregados domésticos do produtor recebem pensões ou reformas, enquanto que apenas 7% complementam o seu rendimento agrícola com uma actividade empresarial.

A dependência das pensões e reformas no complemento do rendimento está obviamente relacionada com a idade da população, assumindo maior importância no Algarve, onde 73% dos agregados recebem este tipo de rendimento, e menor relevância nos Açores (41%).

6.1.6. Continuidade da exploração

Figura 6.19

Produtores singulares que prevêem continuar com actividade agrícola nos próximos 2 anos (2009)

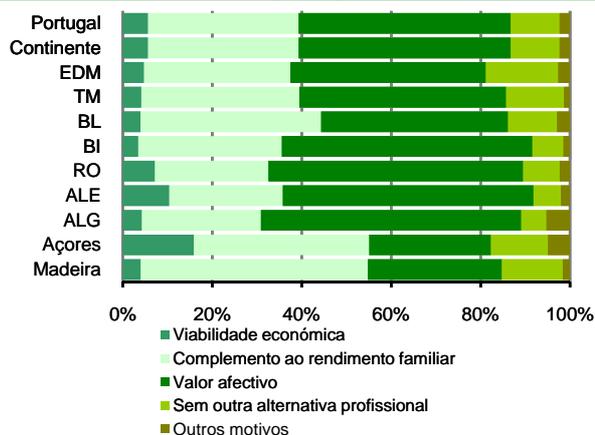
Regiões	Nº Ind.	No total (%)
Portugal	286 108	96
Continente	259 914	96
EDM	46 117	96
TM	59 145	97
BL	46 704	96
BI	32 377	97
RO	35 708	94
ALE	28 150	96
ALG	11 713	96
Açores	12 829	96
Madeira	13 365	99

A grande maioria dos produtores agrícolas singulares prevê continuar a sua actividade nos próximos dois anos. De facto, e apesar de em 10 anos cerca de 27% dos agricultores terem cessado actividade, do envelhecimento das populações rurais e do desânimo presente nalguns sectores da agricultura, 96% dos produtores declararam ter a intenção de manter em actividade a exploração agrícola.

As principais razões apontadas para a continuidade da actividade agrícola são o valor afectivo (47%), o complemento ao rendimento familiar (34%) e a ausência de alternativas profissionais (11%), sendo a viabilidade económica referida por apenas 6% dos agricultores. Esta motivação realça a importância da vertente social da agricultura e, de um modo geral, o reconhecimento, por parte da grande maioria dos agricultores, da fraca viabilidade económica desta actividade.

Figura 6.20

Principal motivo para a continuidade da exploração (2009)



Os Açores destacam-se como a região onde mais produtores declararam manter a actividade agrícola devido à sua viabilidade económica (16%), seguindo-se o Alentejo (10%) e o Ribatejo e Oeste (7%). Em contrapartida, apenas 3% dos produtores singulares da Beira Interior apresentam a viabilidade económica da exploração como o principal motivo para a continuação da actividade agrícola.

6.1.7. Perfil tipo do produtor agrícola

Em síntese o produtor agrícola tipo é homem, tem 63 anos, apenas completou o 1º ciclo do ensino básico, tem formação agrícola exclusivamente prática e trabalha nas actividades agrícolas da exploração cerca de 22 horas por semana. O seu agregado familiar é constituído por menos de 3 indivíduos e o rendimento provém maioritariamente de pensões e reformas.

Nos últimos 10 anos o perfil do produtor agrícola registou alterações importantes:

- Embora o peso relativo das mulheres tenha aumentado 8 pp., estas representam apenas 1/3 dos produtores agrícolas;
- Os produtores agrícolas envelheceram em média 4 anos;
- O número de produtores com níveis completos de ensino superiores ao 1º ciclo subiu de 15% para 25%. Apesar desta melhoria, mais de metade dos produtores agrícolas apenas completou o 1º ciclo do ensino básico (52%);
- Também na formação agrícola se assistiu a uma ligeira melhoria, confirmada pelo aumento do número de produtores que frequentaram cursos de formação profissional relacionados com a actividade agrícola. No entanto, a esmagadora maioria dos produtores possui apenas formação agrícola exclusivamente prática (89%);
- Aproximadamente 1/5 dos produtores trabalha a tempo inteiro nas actividades agrícolas da exploração, o que representa um aumento de 5 pp.;
- Apenas 6% dos produtores obtêm o rendimento exclusivamente da actividade da sua exploração agrícola (menos 2 pp. do que em 1999), enquanto 84% declara que o seu rendimento é formado maioritariamente por outras origens (mais 14 pp. do que em 1999). De referir ainda que 64% dos produtores agrícolas declaram receber pensões e reformas.

6.2. Mão-de-obra agrícola não familiar

6.2.1. Trabalhadores permanentes

Figura 6.21

Regiões	Total				Tempo parcial				Tempo completo	
	Nº Ind.	(%)	UTA	Nº Expl.	> 0 a < 50%		50 a < 100%		Nº Ind.	(%)
					Nº Ind.	(%)	Nº Ind.	(%)		
Portugal	50 245	100	41 369	16 342	9 546	19	7 027	14	33 672	67
Continente	47 218	94	38 960	14 941	8 881	19	6 613	14	31 724	67
EDM	6 843	14	5 127	3 007	1 881	27	1 061	16	3 901	57
TM	6 161	12	4 641	2 194	1 564	25	1 457	24	3 140	51
BL	4 800	10	4 075	1 248	731	15	764	16	3 305	69
BI	2 153	4	1 699	930	479	22	363	17	1 311	61
RO	11 589	23	10 268	2 751	1 385	12	1 158	10	9 046	78
ALE	13 747	27	11 440	4 273	2 616	19	1 563	11	9 568	70
ALG	1 925	4	1 710	538	225	12	247	13	1 453	75
Açores	1 955	4	1 636	964	353	18	179	9	1 423	73
Madeira	1 072	2	773	437	312	29	235	22	525	49

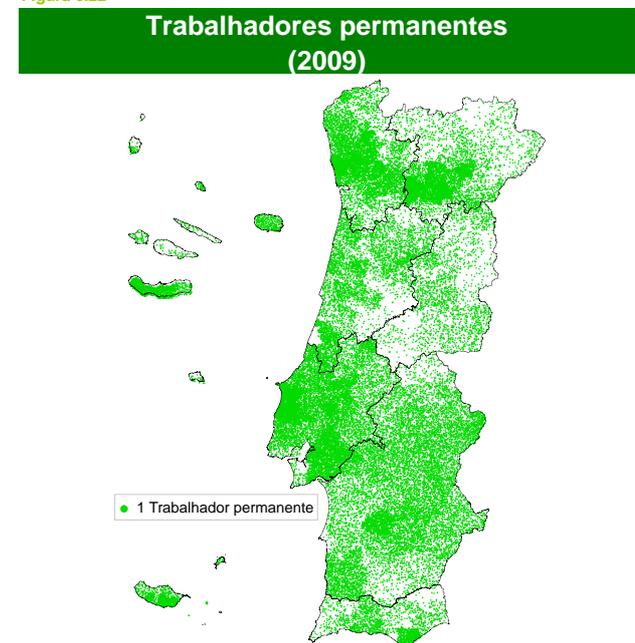
¹ Inclui o dirigente assalariado do produtor singular e todos os dirigentes das outras naturezas jurídicas (sociedade, baldio, Estado e pessoas públicas ou outras entidades).

A mão-de-obra agrícola não familiar é composta pelos trabalhadores permanentes e eventuais, bem como pela mão-de-obra não contratada directamente pelo produtor. Os trabalhadores permanentes, isto é, os assalariados que trabalham com regularidade na exploração, correspondem a cerca de 50 mil indivíduos que contribuem com 11% do total do volume de trabalho agrícola.

O recurso à mão-de-obra agrícola permanente é utilizado por apenas 5% das explorações agrícolas. Mais de 2/3 dos trabalhadores permanentes trabalham a tempo completo (225 dias ou 1 800 horas/ano ou 40 horas por semana), 14% trabalham mais de 50% do tempo completo e os restantes 19%, ocupam menos de metade do tempo trabalho completo. A mão-de-obra assalariada assume maior importância no Ribatejo e Oeste e no Alentejo, onde se concentram metade dos trabalhadores permanentes.

Trabalhadores permanentes: assalariado que trabalha com regularidade na exploração ao longo do ano agrícola, isto é, todos os dias, alguns dias por semana ou alguns dias por mês.

Figura 6.22



Dirigente da exploração: pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração agrícola e que tem nela obrigatoriamente uma ocupação regular. Entende-se por gestão quotidiana da exploração a tomada de decisões dia a dia, respeitantes aos trabalhos a realizar na exploração e às operações sem grande repercussão económica, no andamento da exploração.

Figura 6.23

Explorações, UTA, VPPT, SAU e CN por classes de UTA dos trabalhadores permanentes por exploração (2009)										
Classes de UTA dos trabalhadores permanentes por exploração	Nº Expl	(%)	Trabalhadores permanentes (UTA)		VPPT (1000 euros)		SAU (ha)		CN	
			(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)		
Total	305 266	100	41 369	100	4 639 739	100	3 668 145	100	2 205 950	100
> 0 a < 1 UTA por exploração	5 110	2	2 056	5	172 033	4	266 694	7	55 817	3
De 1 a < 2 UTA por exploração	7 612	2	11 477	28	726 735	16	750 797	20	382 615	17
> 3 UTA por exploração	3 620	1	27 836	67	1 359 330	29	830 629	23	842 096	38

O recurso à mão-de-obra assalariada está muito concentrado nas explorações de grande dimensão, como se comprova pelo facto de 50% do VPPT agrícola e da SAU, bem como 58% das CN, pertencerem aos 5% de explorações que contratam trabalhadores permanentes.

A concentração dos trabalhadores permanentes é ainda mais evidenciada pela análise das 3 620 explorações que recorrem a mais de 3 UTA. De facto, este reduzido número de unidades produtivas mais exigentes em mão-de-obra assalariada concentram 67% das UTA, geram 29% do VPPT agrícola, exploram praticamente 1/4 da SAU e produzem mais de 1/3 das CN.

Figura 6.24

Explorações, UTA e Nº de trabalhadores permanentes por natureza jurídica (2009)										
Natureza jurídica	Nº Expl.	Trabalhadores permanentes								
		Nº Expl.	No total (%)	(%)	UTA	(%)	Nº Ind.	(%)	UTA/Expl.	
Total	305 266	16 342	5	100	41 369	100	50 245	100	3	
Produtor singular	297 381	8 457	3	52	12 752	31	16 479	33	2	
Sociedade	6 776	6 776	100	41	25 864	63	30 066	60	4	
Outras formas	1 109	1 109	100	7	2 753	7	3 700	7	2	

As sociedades agrícolas, que por definição recorrem sempre à mão-de-obra assalariada, contratam 60% dos trabalhadores permanentes, o que corresponde em média a praticamente 4 UTA por sociedade.

Em contrapartida o recurso à mão-de-obra assalariada permanente é efectuado por apenas 3% dos produtores singulares.

Figura 6.25

Repartição das UTA e explorações com trabalhadores permanentes, por OTE (2009)										
OTE	Nº Expl.	Trabalhadores permanentes								
		UTA		Explorações			UTA/Expl.			
		Nº	(%)	Nº	No total (%)	(%)				
Total	305 266	41 369	100	16 342	5	100	2,53			
Explorações especializadas	203 547	35 690	86	13 931	7	85	2,56			
Culturas arvenses	28 256	3 175	8	1 888	7	12	1,68			
Das quais: Horticultura extensiva	2 238	838	2	292	13	2	2,87			
Horticultura intensiva e floricultura	8 788	6 225	15	1 071	12	7	5,81			
Das quais: Em estufa/abrigo alto	1 541	2 824	7	462	30	3	6,11			
Culturas permanentes	111 530	11 855	29	5 768	5	35	2,06			
Das quais: Vinha	36 472	7 036	17	2 921	8	18	2,41			
Frutos frescos, casca rija e citrinos	26 841	2 834	7	1 512	6	9	1,87			
Olival	25 957	914	2	733	3	4	1,25			
Herbívoros	47 860	9 462	23	4 437	9	27	2,13			
Dos quais: Bovinos de leite	7 920	3 080	7	1 352	17	8	2,28			
Bovinos de carne	16 261	3 837	9	1 816	11	11	2,11			
Bovinos de leite e carne	1 220	217	1	69	6	0	3,15			
Ovinos, caprinos e diversos herbívoros	22 459	2 328	6	1 200	5	7	1,94			
Granívoros	7 113	4 973	12	767	11	5	6,48			
Dos quais: Suínos	2 116	2 422	6	401	19	2	6,04			
Aves	1 689	2 359	6	293	17	2	8,05			
Explorações mistas ou combinadas:	99 010	5 582	13	2 288	2	14	2,44			
Policultura	31 571	1 998	5	859	3	5	2,33			
Polipequária	16 233	643	2	286	2	2	2,25			
Mistas de culturas e criação de gado	51 206	2 941	7	1 143	2	7	2,57			
Explorações não classificadas	2 709	98	0	123	5	1	0,79			

A utilização da mão-de-obra permanente assalariada está relacionada com a especialização da OTE, sendo a produção de horticultura intensiva em estufa/abrigo baixo a actividade que mais recorre à mão-de-obra contratada. Efectivamente quase 1/3 das explorações especializadas em horticultura em estufa contratam trabalhadores permanentes, valor superior ao observado na produção especializada de suínos

(19%), de aves (17%) e de bovinos de leite (17%). Embora as explorações especializadas recorram com maior frequência à contratação de mão-de-obra assalariada, existem excepções, como é o caso da olivicultura, e mesmo da fruticultura, em que o recurso aos trabalhadores permanentes é marginal e semelhante ao verificado nas explorações de produções combinadas.

6.2.2. Mão-de-obra eventual e não contratada directamente pelo produtor

Figura 6.26

Mão-de-obra eventual e não contratada directamente pelo produtor, por região (2009)

Regiões	Mão-de-obra eventual					Mão-de-obra não contratada directamente pelo produtor				
	UTA	(%)	Nº Expl.	(%)	No total (%)	UTA	(%)	Nº Expl.	(%)	No total (%)
Portugal	27 621	100	109 420	100	36	3 989	100	159 690	100	52
Continente	26 000	94	98 329	90	35	3 759	94	150 952	95	54
EDM	2 929	11	18 306	17	37	354	9	31 579	20	64
TM	7 219	26	30 354	28	49	731	18	35 120	22	57
BL	2 271	8	14 259	13	29	268	7	25 874	16	52
BI	2 215	8	11 275	10	33	179	4	18 423	12	55
RO	5 570	20	11 635	11	29	256	6	15 205	10	38
ALE	5 186	19	10 418	10	33	1 780	45	18 758	12	59
ALG	610	2	2 082	2	17	189	5	5 993	4	48
Açores	589	2	3 556	3	26	120	3	7 095	4	52
Madeira	1 032	4	7 535	7	55	110	3	1 643	1	12

O recurso à contratação de mão-de-obra eventual, isto é, assalariados que trabalham ocasionalmente ou sazonalmente na exploração, é efectuado por 36% das explorações, enquanto 52% recorrem à mão-de-obra não contratada directamente pelo produtor, ou seja, contratam serviços a terceiros.

Trabalhador eventual: pessoa que prestou trabalho na exploração durante o ano agrícola de forma irregular, sem carácter de continuidade.

Regionalmente, constata-se que a utilização de mão-de-obra eventual tem maior expressão na Madeira, onde 55% das explorações recorrem a esta prática, seguindo-se Trás-os-Montes (49%) e Entre Douro e Minho (37%). No Ribatejo e Oeste e no Alentejo, embora o recurso à mão-de-obra eventual seja efectuado por um menor número de explorações, o volume de mão-de-obra contratada é bastante elevado.

A mão-de-obra não contratada directamente pelo produtor assume maior expressão em Trás-os-Montes e no Alentejo.

6.3. Volume de mão-de-obra agrícola

Figura 6.27

Mão-de-obra agrícola em UTA, por região (2009)

Regiões	Total de Mão-de-obra		Mão-de-obra familiar									Mão-de-obra não familiar							
			Total		Produtor		Cônjuge		Outros membros		Total		Trabalhadores permanentes		Trabalhadores eventuais		Não contratados directamente pelo produtor		
	UTA	(%)	UTA	(%)	UTA	(%)	UTA	(%)	UTA	(%)	UTA	(%)	UTA	(%)	UTA	(%)	UTA	(%)	UTA
Portugal	367 393	100	294 415	80	160 354	44	90 170	25	43 891	12	72 978	20	41 369	11	27 621	8	3 989	1	
Continente	341 502	93	272 783	80	147 342	43	85 775	25	39 666	12	68 718	20	38 960	11	26 000	8	3 759	1	
EDM	78 758	21	70 348	89	34 818	44	21 934	28	13 596	17	8 410	11	5 127	7	2 929	4	354	0	
TM	69 330	19	56 740	82	30 836	44	18 077	26	7 827	11	12 591	18	4 641	7	7 219	10	731	1	
BL	65 502	18	58 888	90	30 561	47	21 076	32	7 251	11	6 614	10	4 075	6	2 271	3	268	0	
BI	33 552	9	29 459	88	16 238	48	9 620	29	3 601	11	4 093	12	1 699	5	2 215	7	179	1	
RO	47 269	13	31 174	66	18 373	39	8 817	19	3 985	8	16 095	34	10 268	22	5 570	12	256	1	
ALE	35 659	10	17 252	48	11 204	31	3 864	11	2 184	6	18 407	52	11 440	32	5 186	15	1 780	5	
ALG	11 432	3	8 924	78	5 314	46	2 388	21	1 222	11	2 509	22	1 710	15	610	5	189	2	
Açores	11 532	3	9 187	80	6 099	53	1 427	12	1 661	14	2 345	20	1 636	14	589	5	120	1	
Madeira	14 360	4	12 445	87	6 913	48	2 968	21	2 564	18	1 915	13	773	5	1 032	7	110	1	

A mão-de-obra agrícola baseia-se essencialmente na estrutura familiar, dado que 4/5 do trabalho agrícola assenta na população agrícola familiar, contribuindo o produtor com mais de metade do volume de trabalho.

De facto, a mão-de-obra agrícola não familiar, onde se incluem os trabalhadores permanentes e eventuais, contribui com apenas 20% do volume de trabalho agrícola, sendo o contributo da mão-de-obra não contratada directamente pelo produtor muito pouco expressivo.

Mão-de-obra familiar: pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que não pertencendo ao seu agregado doméstico trabalham regularmente na exploração.

Mão-de-obra não familiar: pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.

Mão-de-obra não contratada directamente pelo produtor: pessoas não contratadas directamente pelo produtor que efectuem trabalho agrícola na exploração, fazendo-o por conta própria ou por conta de terceiros (caso de cooperativas ou empresas de trabalho à tarefa).

As regiões que utilizam maiores volumes de trabalho são o Entre Douro e Minho (21%), Trás-os-Montes (19%) e a Beira Litoral (18%), sendo simultaneamente as que apresentam as explorações de menor dimensão.

No Alentejo, em virtude da maior dimensão média das explorações, o peso da mão-de-obra assalariada é superior ao da mão-de-obra agrícola familiar. Embora de forma menos acentuada, também no Ribatejo e Oeste a mão-de-obra assalariada apresenta uma importância significativa (34%), resultado do peso das OTE muito especializadas e exigentes em mão-de-obra, nomeadamente dos granívoros e da horticultura.

Figura 6.26

Composição da mão-de-obra agrícola em UTA, por região (2009)

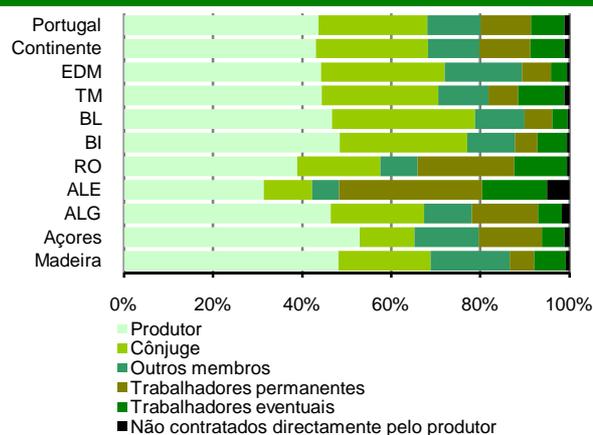


Figura 6.29

Indicadores laborais, por classes de SAU (2009)

Classes de SAU e Natureza Jurídica das explorações	UTA	UTA média por exploração	UTA média por SAU	VPPT médio por UTA	Classes de UTA				
					> 0 a <0,5	0,5 a < 1	1 a < 1,5	1,5 a < 3	>= 3
					Nº Expl.				
Total	367 393	1,2	10	12,6	74 400	72 404	71 428	76 121	10 913
< 1 ha	61 032	0,9	174	3,6	21 258	18 204	14 379	11 442	743
1 a < 5 ha	177 546	1,1	49	4,6	40 612	39 959	39 314	42 382	2 632
5 a < 20 ha	71 473	1,4	15	15,4	9 811	11 111	12 531	15 591	3 102
20 a < 50 ha	23 766	2,0	7	28,3	1 574	1 909	2 951	3 686	1 615
>= 50 ha	33 577	3,2	1	45,6	1 145	1 221	2 253	3 020	2 821
Produtor singular	330 375	1,1	13	9,4	73 343	71 821	70 443	74 211	7 563
Sociedade	33 953	5,0	3	43,7	578	472	873	1 755	3 098
Outras formas	3 065	2,8	2	20,0	479	111	112	155	252

O tempo de trabalho por exploração está obviamente relacionado com a respectiva dimensão, sendo inferior a uma UTA nas explorações com menos de 1 hectare e ultrapassando as 3 UTA nas explorações com 50 ou mais hectares.

Por outro lado, o tempo de trabalho necessário para explorar 100 hectares de SAU é inversamente proporcional à dimensão da exploração, sendo necessária apenas uma UTA nas explorações com mais de 50 hectares, enquanto nas explorações com menos de 1 hectare, em consequência da baixa eficiência do trabalho, são necessárias em média 174 UTA.

Figura 6.30

Classes de UTA, por classes de SAU (2009)

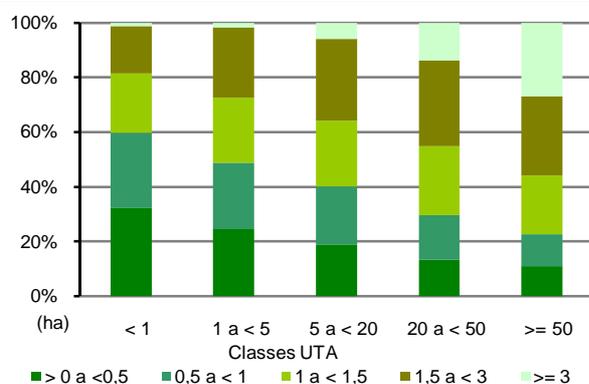
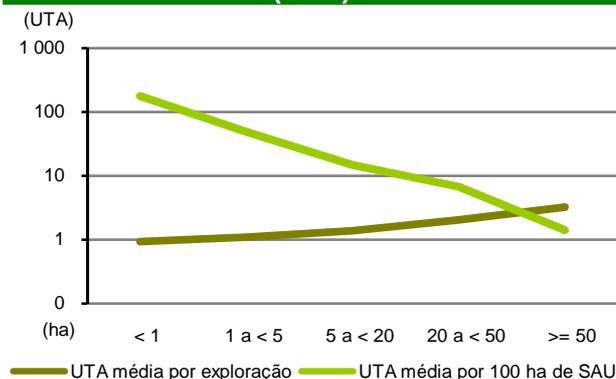


Figura 6.31

UTA por exploração e por SAU, segundo as classes de SAU (2009)



A SAU por exploração não é o único factor que determina as necessidades de mão-de-obra, estando estas também muito dependentes do tipo de sistema produtivo. Como já foi referido, determinadas produções hortícolas e outras dirigidas à pecuária intensiva, nomeadamente a produção especializada de granívoros e de bovinos, são muito exigentes em *input* de trabalho e, no entanto, exploram pequenas áreas. Este facto é demonstrado pela existência de explorações com elevado volume de trabalho (mais de 3 UTA) e de pequena dimensão (menos de 1 hectare de SAU).

A produtividade do trabalho, considerada como o rácio entre o VPPT e a UTA, é em média de 12,6 mil euros por UTA. Este indicador está obviamente muito dependente da dimensão da exploração, sendo de apenas 3,6 mil euros por UTA nas explorações com menos de 1 hectare, ao invés nas explorações com mais de 50 hectares cada UTA gera em média 45,6 mil euros.

Como tem vindo a ser demonstrado as empresas agrícolas constituem uma realidade muito distinta das explorações agrícolas de gestão familiar. A análise dos indicadores laborais reforça ainda mais estas divergências uma vez que:

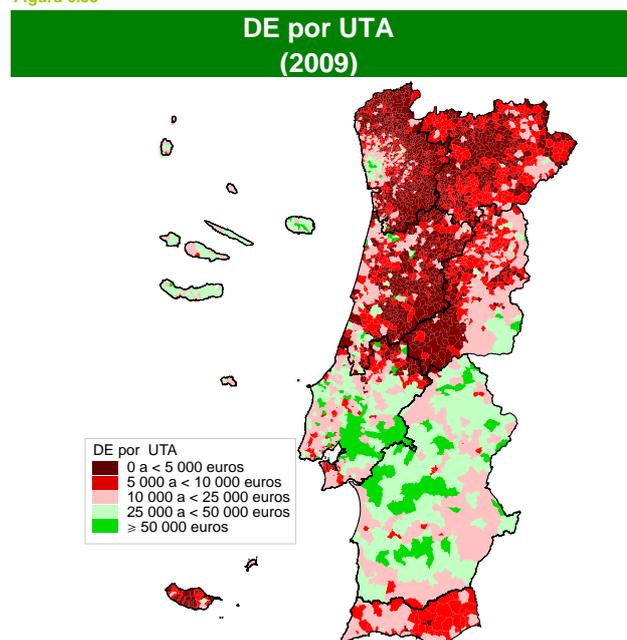
- Recorrem em média a 4,5 vezes mais mão-de-obra do que as explorações familiares;
- Apresentam uma eficiência do trabalho superior, uma vez que para explorarem 100 hectares de SAU são necessárias apenas 3 UTA, consideravelmente menos do que as 13 UTA necessárias nas explorações familiares;
- A produtividade é quase 5 vezes superior, gerando cada UTA em média um VPPT de 43,7 mil euros.

Figura 6.32

Indicadores laborais, por região (variação 1999-2009)										
Regiões	SAU média por exploração			UTA média por exploração			UTA média por SAU			VPPT médio por UTA
	1999	2009	Variação (1999-2009)	1999	2009	Variação (1999-2009)	1999	2009	Variação (1999-2009)	2009
	(ha)/Expl.		(%)	UTA/Expl.		(%)	UTA/100 ha		(%)	1000 euros/UTA
Portugal	9,3	12,0	29	1,3	1,2	-5	13,6	10,0	-26	12,6
Continente	9,8	12,7	30	1,3	1,2	-6	13,3	9,6	-28	12,3
EDM	3,2	4,3	35	1,8	1,6	-11	56,8	37,3	-34	7,0
TM	6,5	7,0	7	1,2	1,1	-4	17,8	16,0	-10	5,5
BL	2,1	2,5	19	1,3	1,3	-2	63,3	52,2	-18	8,7
BI	8,7	10,0	15	1,0	1,0	-2	11,7	10,0	-15	8,6
RO	7,3	9,8	35	1,2	1,2	-3	16,9	12,1	-28	26,7
ALE	53,6	61,5	15	1,2	1,1	-9	2,3	1,8	-21	29,2
ALG	5,4	7,1	33	0,9	0,9	3	16,6	12,9	-22	10,6
Açores	6,3	8,9	41	0,8	0,9	6	12,7	9,6	-25	30,4
Madeira	0,4	0,4	3	0,9	1,1	16	233,0	264,5	14	5,6

Nos dez anos em análise, aliado ao aumento da dimensão média da SAU por exploração, registou-se um decréscimo do volume de trabalho por exploração, determinado pela melhoria da eficiência de trabalho expressa nas UTA necessárias para explorar 100 hectares de SAU. De facto, e com excepção da Madeira, assistiu-se à diminuição da UTA por 100 hectares de SAU em 26%, passando de 13,6 para 10 UTA por 100 hectares de SAU. Para esta tendência contribuiu não apenas o redimensionamento das explorações, mas também a reorientação de alguns sistemas produtivos de pecuária para a extensificação, comprovada pela diminuição do efectivo de herbívoros e pelo aumento das superfícies forrageiras.

Figura 6.33



O aumento dos índices de mecanização, nomeadamente das explorações com tractor e do número de tractores por 100 hectares de SAU que aumentaram a sua importância relativa em 15 pp., é também um factor determinante na melhoria dos indicadores laborais.

Regionalmente, os Açores destacam-se pela elevada produtividade alcançada, 30,4 mil euros por UTA, quase duas vezes e meia superior à média nacional, seguindo-se o Alentejo (29,2 mil euros por UTA) e o Ribatejo e Oeste (26,7 mil euros por UTA). De referir que, se por um lado os elevados níveis de produtividade do Alentejo estão associados a sistemas extensivos, com remunerações razoáveis e pouco exigentes em mão-de-obra, já nos Açores estão obviamente associados à produção especializada de bovinos (leite e carne).

Figura 6.34

SAU por exploração e UTA por SAU, segundo a região (2009)

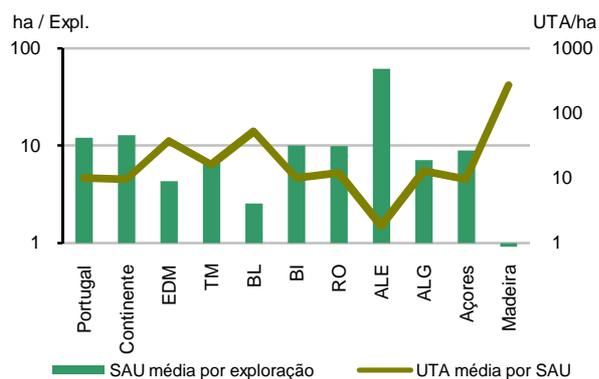
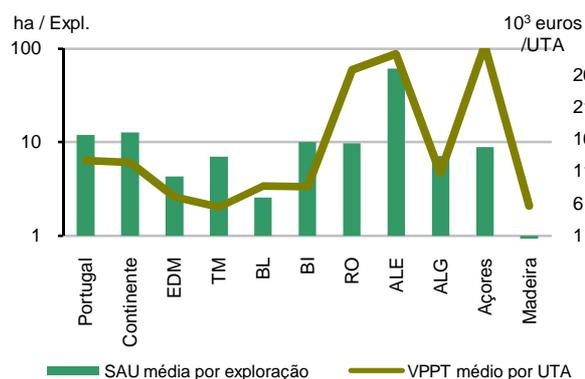


Figura 6.35

SAU por exploração e VPPT por UTA, segundo a região (2009)



6.4. Actividades não agrícolas da exploração

Apenas 4% das explorações desenvolvem actividades lucrativas não agrícolas, designadamente o turismo rural, o artesanato, a transformação de produtos agrícolas, a produção florestal, a prestação de serviços, a produção de energias renováveis, etc.

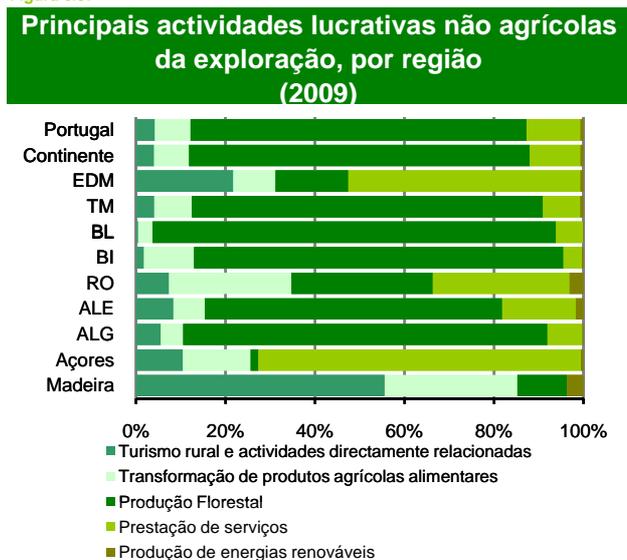
Figura 6.36

Actividades lucrativas não agrícolas da exploração, por região (2009)			
Regiões	Nº Expl.	(%)	No total (%)
Portugal	15 284	100	5
Continente	15 045	98	5
EDM	738	5	2
TM	2 273	15	4
BL	5 319	35	11
BI	2 441	16	7
RO	904	6	2
ALE	1 776	12	6
ALG	1 594	10	13
Açores	207	1	2
Madeira	32	0	0

Na Beira Litoral concentram-se 35% das explorações que desenvolvem actividades não agrícolas, representando 11% das unidades produtivas da região. Por oposição, nas Regiões Autónomas, estas actividades não suscitam grande interesse, sendo residual o número de explorações com pluriactividade.

A produção florestal, com recurso à mão-de-obra, maquinaria e equipamento da exploração é uma actividade presente em 3,6% das explorações, enquanto que a transformação de matérias-primas

Figura 6.37



agrícolas em produtos alimentares para venda (ex.: vinho sempre que as uvas sejam maioritariamente adquiridas, queijos, enchidos, etc.) é praticada por 0,4% das explorações.

Existem cerca de 600 explorações agrícolas, metade das quais em Entre Douro e Minho e no Alentejo, que utilizam as instalações e os recursos agrícolas como enquadramento à actividade do turismo rural.

De referir ainda que, o recurso ao aproveitamento das energias renováveis para utilização na exploração agrícola (eólica, biomassa, solar, etc.) é ainda residual.

Sabia que:

- No Vimioso 72% da população vive no agregado familiar dos produtores agrícolas;
- O município de Mira perdeu praticamente 2/3 da população rural nos últimos dez anos, em contrapartida a população agrícola familiar de Serpa aumentou 1%;
- Na Madeira quase metade dos produtores agrícolas são mulheres mas em Porto Santo estas não ultrapassam os 4%;
- No município de Caminha 3/4 dos produtores agrícolas são mulheres;
- Em São Brás de Alportel os produtores têm em média 70 anos e em Santa Cruz das Flores são 20 anos mais novos;
- Montemor-o-Novo apresenta a maior percentagem de produtores com habilitações ao nível do ensino superior;
- A Póvoa do Varzim é o município onde mais produtores agrícolas (27%) declararam viver exclusivamente da actividade da exploração e por essa razão são os que mais trabalham a tempo completo na exploração (83%);
- No Nordeste Alentejano (Alter do Chão, Castelo de Vide, Crato, Marvão, Nisa e Portalegre) a percentagem de produtores agrícolas que trabalha a tempo completo na exploração é insignificante;
- Em Ferreira do Alentejo 86% do trabalho agrícola é realizado por assalariados, recorrendo em média cada exploração a 3 UTA, enquanto que em Penacova praticamente não existe contratação de mão-de-obra agrícola;
- Odemira e Torres Vedras, devido à importância da horticultura intensiva, são os municípios com mais assalariados agrícolas;
- Em Benavente cada UTA gera em média um VPPT agrícola de 64,8 mil euros, enquanto que em Pedrógão Grande esse valor não ultrapassa os 1,5 mil euros;
- Em Castro Verde são necessárias apenas 0,8 UTA para explorar 100 hectares de SAU, em contrapartida na Ribeira Brava para cultivar a mesma superfície são indispensáveis 324 UTA.